

# Termo de Referência 5/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2024	158368-INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS NATAL Z NORTE	PAULO RICARDO DE OLIVEIRA	05/04/2024 13:35 (v 9.0)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23058.001951.2023-31

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENSAL	VALOR (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	1	25194	ÁREAS INTERNAS	M²	7.647,00	6,6502	50.854,10	610.249,20
	2	25194	ÁREAS EXTERNAS	M²	6.500,00	0,96834	6.294,19	75.530,28
	3	25194	ESQUADRIAS	M²	480,00	1,26360	606,53	7.278,36
	4	25194	ÁREAS HOSPITALARES	M²	83,00	16,65415	1.382,29	16.587,48
					14.710,00		59.137,11	709.645,32

- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 1 (ano) contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a eficiência do atendimento das demandas da instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.7. Em atendimento ao art. 10 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, informa-se que a presente documento não tem caráter sigiloso.
- 1.8. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito no CATSER, deve prevalecer a descrição detalhada dos itens do Termo de Referência.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme doc. 7cfde25456 anexo ao processo.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4.1 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.4.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.4.1.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

4.4.1.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **8 horas às 11 horas**.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7.1. O licitante que desejar realizar a vistoria deverá agendá-la por meio do e-mail [cosgem.zn@ifrn.edu.br](mailto:cosgem.zn@ifrn.edu.br).

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: será iniciada após a assinatura do respectivo contrato a ser firmado entre o IFRN e o licitante vencedor do certame, em data pré-estabelecida no instrumento contratual;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O controle da realização do serviço será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento dos serviços, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar providências implementadas;

5.1.2.2. É de responsabilidade da contratada o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, devendo apresentar à contratante, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto assinada ou impressão dos comprovantes caso opte por usar dispositivo eletrônico;

5.1.2.3. Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá se responsabilizar por eventuais problemas no equipamento, inclusive as manutenções;

5.1.2.4. É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

5.1.2.5. A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional;

5.1.2.6. O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à execução do contrato relativos à sua competência;

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Brusque, 2926 - Potengi, Natal - RN, 59112-490.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Os serviços serão prestados no âmbito do IFRN Campus Natal Zona Norte, de segunda a sábado, com horário variável de início e encerramento, compreendido entre 6 (seis) e 22 (vinte e duas) horas, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

5.3.2. Poderá haver necessidade de redistribuição de jornada semanal do sábado para segunda a sexta-feira, a fim de compensar as horas não trabalhadas aos sábados. Neste caso, deverá ser celebrado acordo individual com o empregado, para a efetivação de jornadas diárias de até 9 horas de trabalho de segunda a sexta-feira, perfazendo total de 44 horas semanais;

5.3.2.1. Caberá a contratada o controle e acompanhamento de horas da jornada de trabalho de cada trabalhado, e em quaisquer hipóteses não ensejarão direito à hora extra;

#### Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas conforme descritas abaixo:

5.4.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da ordem de serviço, na forma que segue:

5.4.1.1. Servente de Limpeza

##### ÁREAS INTERNAS

Diariamente, uma vez, quando não explicitado.

- A limpeza diária de salas de aulas e banheiros será realizada em horário que preceda o início de cada período de aulas;
- Remover das salas administrativas, salas de aulas, laboratórios, biblioteca e demais ambientes, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes,

inclusive aparelho elétricos, extintores de incêndio, etc.;

- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- Aspirar o pó em todos os pisos acarpetados;
- Varrer, remover manchas e lustrar os pisos encerados de madeira;
- Varrer, passar pano úmido e polir os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer os pisos de cimento;
- Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- Passar pano úmido com álcool nos tampos das mesas e assento dos refeitórios antes e após as refeições;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;
- Limpar os corrimãos;
- Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- e
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária;

Diariamente, duas vezes, quando não explicitado

- Efetuar a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante;
- Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas; e
- Retirar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração.

Semanalmente

- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- Limpar com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;
- Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- Lavar os balcões e os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados com detergente, encerar e lustrar;
- Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;
- Limpar os espelhos com pano umedecidos em álcool/limpa vidro, duas vezes por semana;
- Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- Limpar e retirar o pó e resíduos dos filtros dos condicionadores de ar; e
- Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.
- Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
- Termo de Referência – Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
- Atualização: Julho/2021

Mensalmente, uma vez:

- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- Limpar forros, paredes e rodapés;
- Limpar cortinas, com equipamentos e acessórios adequados;
- Remover manchas de paredes;
- Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malha, enrolar, pantográfica, correr etc.) e;
- Efetuar revisão minuciosa de todos os serviços prestadores durante o mês.

Anualmente, duas vezes:

- Lavar as caixas d'água dos prédios, remover a lama depositada e desinfetá-las;

#### ESQUADRIAS EXTERNAS

Quinzenalmente, uma vez:

- - Limpar os vidros (face interno-externa), aplicando-lhes produtos ante embaçantes.

Semestralmente, uma vez:

- Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos ante embaçantes.

#### ÁREAS EXTERNAS

Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

- Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza;
- Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados;
- Varrer as áreas pavimentadas;
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente;

- Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente, uma vez:

- Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.);
- lavar os pisos vinílicos, de mármore, cerâmicos, de marmorite e emborrachados, com detergente, encerar e lustrar; retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes; e executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensalmente, uma vez:

- Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento;
- Efetuar a capina e roçada, retirar de toda área externa, plantas desnecessárias, cortar grama e podar árvores que estejam impedindo a passagem de pessoas.

#### 5.4.1.2. Encarregado de Limpeza

- Garantir o bom andamento dos serviços de limpeza, asseio e conservação;
- Supervisionar, coordenar, controlar e dividir as tarefas com os serventes de limpeza, aparelhos/equipamentos elétricos;
- Controlar a assiduidade e a pontualidade da equipe de trabalho;
- Controlar a produtividade e da qualidade do trabalho executado pelos serventes de limpeza;
- -Responsabilidade pelas aquisições, controle e distribuição do material de limpeza;
- -Responsabilidade pelo distribuição e controle de fardamento e EPI's fornecido pela contratada;
- Registro de Ocorrências;
- Planejamento diário das atividades a serem desenvolvidas pela equipe de trabalho;
- Distribuição das equipes para os locais de trabalho em conjunto com a Administração;
- Reportar-se, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para correção das falhas detectadas;
- Cumprir a fazer cumprir a escala de serviço, observando os horários de entrada e saída, de acordo com o cronograma definido pela fiscalização do contrato e;
- Executar outras atividades correlatas a função.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1 Os materiais, fardamentos e EPIs seguem em planilha anexa a este documento, obedecendo a periodicidade de cada material, promovendo sua substituição quando necessário;

5.5.2 Os materiais deverão ser entregues a Administração mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do Contrato;

5.5.3 O custo mensal efetivo dos materiais será variável, de acordo com os itens e suas respectivas quantidades entregues pela Contratada, observando os valores unitários apresentados na proposta vencedora;

5.5.4 Todo material deverá estar disponível a partir do primeiro dia da vigência contratual, para fins de aferição do primeiro IMR.

5.5.5 Além dos materiais elencados acima, a CONTRATADA deverá fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) aos profissionais vinculados ao contrato, na forma e quantidades discriminadas no anexo.

5.5.6 Os materiais deverão ser entregues a Administração mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização técnica do Contrato;

5.5.7 O custo mensal efetivo dos materiais será variável, de acordo com os itens e suas respectivas quantidades entregues pela Contratada, observando os valores unitários apresentados na proposta vencedora;

5.5.8 A relação mensal de materiais e suas respectivas quantidades será informada pelo servidor responsável pela fiscalização técnica do contrato até o dia 15 de cada mês. Posteriormente, a empresa deverá entregar os itens solicitados até o dia 05 do mês subsequente, realizando assim o devido fornecimento;

5.5.9 Apenas no primeiro mês da contratação, a solicitação do material será anterior ao início do contrato, devendo o material estar disponível a partir do primeiro dia da vigência contratual, para fins de aferição do primeiro IMR.

5.5.10 Em relação aos equipamentos utilizamos o posicionamento adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em seus editais de contratação de serviços de limpeza e conservação ao estabelecer a vida útil de 8 anos e o valor residual de 20% para todos os equipamentos a serem utilizados na prestação dos serviços, bem como a aplicação do percentual de 0,5 ao mês a título de manutenção desses equipamentos. Esse percentual tem como base de cálculo o valor total dos equipamentos.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1 A licitante deverá elaborar a **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**, conforme o modelo constante nos **Anexo II**, observando o salário, as vantagens asseguradas, todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas previstos em Lei e em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, referente a cada categoria profissional;

5.6.1.1. A proposta que não contenha todos estes custos deverá ser ajustada.

5.6.1.2. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão ou entidade para o cálculo do valor de referência, o licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual. Caso não apresente estas informações ou não sejam

aceitas, deverá ajustar sua proposta.

5.6.1.3. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5/2017 (Anexo VII-A, item 7.9).

5.6.2 Deverá ainda ser apresentada, juntamente com a proposta:

5.6.3 Planilha de custos anuais com insumos, contemplando os uniformes (kit básico), materiais e EPIs/EPCs (sob demanda), equipamentos (sob demanda) e EPI's/EPC's (kit básico) ofertados, informando a marca, referência do produto (quando houver) e seus preços, conforme modelo constante no **Anexo II**;

5.6.4 Memória de cálculo dos custos mensais de insumos por posto;

5.6.4.1. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A identificação de preços inexequíveis se dará conforme os critérios definidos no art. 59 da Lei 14.133/21. A comprovação da exequibilidade

deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, recusá-la. Contudo, na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados (s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento dos custos do contrato.

5.6.5 Para o cálculo do valor estimado de cada posto, quanto ao salário base e benefícios, foi considerada a **Convenção Coletiva RN000083/2024**. Todavia, não é de utilização obrigatória pelos licitantes, caso a licitante possua outro enquadramento sindical (Acórdão 1.097/2019-TCU Plenário). Caso utilize outra convenção/acordo coletivo de trabalho, a licitante deverá comprovar o seu enquadramento sindical.

5.6.6 Para o cálculo do adicional de insalubridade/periculosidade, foi considerado o **Laudo Pericial nº 021/2017 do IFRN (atualizado em 22/02/2021)**. Os percentuais estimados para estes adicionais deverão ser seguidos pelos licitantes. Contudo, o pagamento ou não dos adicionais é condicionado à apresentação de laudo próprio, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;

5.6.7 Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A comprovação da exequibilidade deverá atender a integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente estas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, recusá-la. Contudo, na formulação de sua proposta, o licitante deverá considerar que, durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumo(s) rejeitados(s) será exclusivamente da contratada e que a substituição não acarretará o aumento

dos custos do contrato;

5.6.8 A Contratada deverá cumprir todas as disposições do Edital e de seus anexos.;

5.7. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### Uniformes

5.9. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.9.2. A CONTRATADA deverá fornecer 2 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 02 (dois) conjuntos completos de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.9.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.9.3.1. Adoção das regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

5.9.4 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.5 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

5.10.1 A contratada deve manter o material entregue em comodato em uso no Campus, após o fim da vigência contratual por um período mínimo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, após solicitação.

5.10.2 É responsabilidade da contratada recolher todo material entregue em comodato durante a execução do contrato.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de pelo menos 01 (uma) vez na semana (horário da execução dos serviços ou sistema de escala semanal ou mensal), para garantir a boa execução do contrato.
- 6.7.1. A exigência do preposto justifica-se pela necessidade de solucionar problemas concernentes a execução dos serviços contratados, dirimindo dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, bem como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's. Ademais, evita situações de ingerência.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 6.8.1. São atribuições do preposto, dentre outras:
- 6.8.1.1. Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante;
- 6.8.1.2. O Preposto indicado pela empresa contratada deverá manter fiscalização rotineira dos seus empregados nos locais da prestação de serviço, para que se garanta o cumprimento integral do objeto contratado, bem como das demais obrigações definidas neste Termo de Referência e no Contrato celebrado, no que couber;
- 6.8.1.3. Acompanhar e fiscalizar os trabalhos realizados pelos empregados da Contratada;
- 6.8.1.4. Promover o controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- 6.8.1.5. Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações da Contratante à disposição dos empregados da Contratada;
- 6.8.1.6. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da Contratante e da Fiscalização do Contrato;
- 6.8.1.7. Elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- 6.8.1.8. Reportar-se à Fiscalização do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- 6.8.1.9. Relatar à Fiscalização do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- 6.8.1.10. Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados.
- 6.8.1.11. Encaminhar à Fiscalização do Contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados;
- 6.8.1.12. Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, sempre que solicitado;
- 6.8.1.13. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante o órgão por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.
- 6.8.1.14. Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações de responsabilidade da contratada e aquelas que extrapolem sua autoridade deverão imediatamente serem levadas ao conhecimento à Diretoria da Empresa, para o fiel cumprimento do contrato, independente da ação da fiscalização da Contratante.

**Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo III** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133 /2021. (IN05/17 - art. 62)

6.25. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**Fiscalização Administrativa**

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de

contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13 A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

### **Gestor do Contrato**

6.34. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.38. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo III** para aferição da qualidade da prestação dos serviços **OU** o disposto neste item.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.2.1 não produzir os resultados acordados,
  - 7.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1 Pagamento de salários dentro do prazo legal;
  - 7.4.2 Pagamento do auxílio-transporte dentro do prazo legal;
  - 7.4.3 Pagamento do auxílio-alimentação dentro do prazo legal;
  - 7.4.4 Fornecimento de insumos dentro do prazo legal;
  - 7.4.5 Cumprimento de obrigações contratuais relativas à Saúde e Segurança no Trabalho – SST;
  - 7.4.6 Cumprimento de outras obrigações contratuais.

#### Do recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
  - 7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à

fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1 o prazo de validade;

7.23.2 a data da emissão;

7.23.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5 o valor a pagar; e

7.23.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** de correção monetária.

7.32.1. Justifica-se a escolha pois é o índice que mantém a maior correlação com o objeto.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.39. *A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

#### **Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador**

##### **Conta-Depósito Vinculada**

7.43. *Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

7.44. *Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.*

7.45. *O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem*

como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.48.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.48.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.48.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.48.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.48.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será a Empreitada por Preço Global pois a quantidade dos serviços a serem executados pode ser definida previamente com boa margem de precisão.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

- 8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.22.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.22.2 capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;
- 8.22.3 patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- 8.22.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.22.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.22.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo IV** deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.26. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;*

8.26.1 *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de **1 (um)** anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.28.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.28.3 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.28.4 As categorias profissionais que serão empregadas no serviço estão enquadradas dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) conforme detalhado a seguir:

8.28.4.1. Servente de limpeza (CBO 5143-20);

8.28.4.2. Servente de limpeza (CBO 5143-20), com insalubridade;

8.28.4.3. Encarregado de turma (CBO 9922-10)

8.29. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.*

8.30. *Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.*

8.31. *O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.*

8.32. *Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;*

8.33. *Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.*

8.34. *A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.*



## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 709.645,32

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 709.645,32 (*setecentos e nove mil seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos*), conforme custos unitários apostos no Anexo II.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: doc. fb1c18ad1d:

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE**

Membro da comissão de contratação

**PAULO RICARDO DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I.pdf (759.22 KB)
- Anexo II - Anexo II.pdf (2.45 MB)
- Anexo III - Anexo III.pdf (684.98 KB)
- Anexo IV - Anexo IV.pdf (289.19 KB)

**Anexo I - Anexo I.pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 3/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23058.001951.2023-31

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Os serviços terceirizados de prestação continuada de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias são essenciais para que a instituição cumpra com a sua função social, permitindo atender várias ações planejadas pela Instituição que buscam o cumprimento dos objetivos estratégicos, sejam aqueles que estão ligados às dimensões do Ensino, da Pesquisa e da Extensão ou os que são típicos da Administração e demais dimensões que dão o suporte às atividades finalísticas da Instituição.

2.2. O serviço é comum, uma vez que é amplamente utilizado pelos demais órgãos da administração pública, e possui natureza continuada, pois trata-se de atividade necessária diariamente que influencia diretamente na boa execução das funções da instituição e sua interrupção causa prejuízo à prestação dos serviços realizados pelo IFRN, podendo afetar o atingimento do objetivo institucional.

2.3. Dessa forma, a terceirização torna-se necessária, uma vez que este órgão não possui em seu quadro funcional servidores com as funções demandadas, características e atribuições para realização das tarefas informadas neste instrumento, tratando-se de cargos em extinção, cuja contratação pode ser objeto de execução indireta, conforme disposto no artigo 7º da IN nº 5 /2017 da SLTI do MPOG “as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta”.

2.4. Informamos que se justifica esse estudo para contratação de prestação continuada de asseio, limpeza e conservação das instalações físicas e mobiliárias, pois não há interesse da administração na renovação do contrato atual, uma vez que a execução foi considerada como insatisfatória. Ademais, informamos que foi aberto processo para averiguação de possibilidade de penalidade, protocolado sob nº 23058.001651.2023-51. ([https://suap.ifrn.edu.br/processo\\_eletronico/visualizar\\_processo/53fb434a-b546-4380-bc98-9336e738420f/](https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/53fb434a-b546-4380-bc98-9336e738420f/)).

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção	Julio Cesar Araujo de Andrade

#### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Conforme Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017, a empresa deverá:

4.2. Criar Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação, que somente será movimentada para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores, conforme inciso I do Art 18 na Instrução Normativa Nº 05, de 25 de maio de 2017.

4.2.1. Justifica-se ainda que esta modalidade vem sendo utilizada pelo IFRN cumprindo com êxito seu propósito.

4.3. Será adotado o instrumento de Conta-Depósito Vinculada como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05 /2017, pelo motivo principal da continuidade desta solução nos contratos atuais que vem funcionando adequadamente.

4.4. Conforme orientações do Caderno de Logística - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO a empresa deverá:

4.4.1. Colocar à disposição mão-de-obra empregada nos serviços com os requisitos mínimos:

4.4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

4.4.3. Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;

4.4.4. Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;

4.4.5. Possuir habilidade para se relacionar com pessoas, sejam elas internas ou externas à Instituição, para atendê-las sempre com educação e cordialidade;

4.4.6. Quadro sumário dos postos conforme Classificação Brasileira de Ocupações:

Código CBO	Título	Descrição Sumária
5143-20	Servente de Limpeza	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
5143-20 (com insalubridade)	Servente de Limpeza	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
		Supervisionam rotinas administrativas em instituições públicas e privadas, chefiando diretamente equipe de escriturários, auxiliares administrativos, secretários de expediente, operadores de máquina de escritório e contínuos. coordenam serviços gerais de maletes, mensageiros, transporte, cartório,

4101-05	Encarregado	limpeza, terceirizados, manutenção de equipamento, mobiliário, instalações etc; administram recursos humanos, bens patrimoniais e materiais de consumo; organizam documentos e correspondências; gerenciam equipamentos. podem manter rotinas financeiras, controlando fundo fixo (pequeno caixa), verbas, contas a pagar, fluxo de caixa e conta bancária, emitindo e conferindo notas fiscais e recibos, prestando contas e recolhendo impostos.
---------	-------------	--

4.5. A empresa deverá estabelecer ainda medidas de controle necessárias à prestação dos serviços, através de elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária, como o Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional (PCMSO).

4.6. O licitante deverá fornecer uniformes, bem como prover os seus trabalhadores de

equipamentos de proteção individuais e coletivos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços, em conformidade com as normas de segurança no trabalho.

4.7. A empresa deverá dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; para o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos materiais empregados;

4.8. A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os critérios de sustentabilidade ambiental elencados neste documento.

4.9. Algumas práticas ambientalmente corretas e sustentáveis são elencadas abaixo. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, tendo como base o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o Caderno de Logística - Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no que se refere às Boas Práticas Sustentáveis para Contratação de Serviços de Limpeza, tais como:

4.9.1. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução do consumo de energia elétrica e de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.9.2. Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para a manutenção constante das instalações como: Vazamentos em torneira (s) ou em sifão do lavatório (s) e chuveiro (s), Saboneteiras e toalheiros quebrados, Lâmpadas queimadas ou piscando, Luzes de postes e refletores ligadas durante o dia, tomadas e espelhos soltos, fios desencapados e janelas, fechaduras ou vidro quebrados, verificação se as cortas ou persianas estão em locais que impeçam a saída de ar dos condicionados, entre outros;

4.9.3. Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;

4.9.4. Atuar, o supervisor, os encarregados e os líderes de turma, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada.

4.10. Conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá:

4.10.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

4.10.2. De acordo com a IN no. 5/2017, SEGES/MPDG, a Administração deve atentar para a inserção de exigências de sustentabilidade na execução do serviço, conforme disposto no Caderno de Logística (Anexo VI – B da IN 5/2017)

4.10.3. - Quando os serviços de limpeza abarcam itens já sujeitos a regramento próprio (descarte adequado de pilhas, lâmpadas e pneus usados; utilização de aparelhos

eletrodomésticos; utilização de produtos cujo fabricante deve estar inscrito e regular no CTF-Ibama, etc.), cabe reproduzir também as disposições específicas de cada item.

4.10.4. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de produto elétricos com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A (quando couber), nos termos da Portaria INMETRO portaria nº 42, de 24 de fevereiro de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.11. Dos requisitos para execução das atividades

4.12. A contratada deverá paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros

4.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

4.15. Cumprir as seguintes obrigações relativas à Saúde e Segurança no Trabalho:

4.15.1. Atender aos seguintes dispositivos legais: Lei 6514, de 22 de dezembro de 1977; Portaria 3214 de 08 de junho de 1978; Normas Regulamentadoras (NRs), com alterações e aditamentos, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Economia (ME); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Normas Técnicas da Fundacentro e demais legislação ou códigos municipais ou estaduais correlatos.

4.15.2. Os serviços a serem executados pela empresa CONTRATADA envolverão atividades específicas. Logo, os riscos de acidentes relacionados a essas atividades devem ser minimizados ou controlados através do cumprimento de requisitos previstos nas Normas Regulamentadoras (NRs) publicadas pela Portaria nº 3214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.15.3. As Normas Regulamentadoras (NRs), relativas à segurança e saúde do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O não cumprimento das disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho acarretará ao empregador a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

4.15.4. Elaborar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, o PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS relacionado a execução das atividades do contrato de prestação de serviços, com cronograma anual, contendo as ações de saúde e segurança do trabalho a serem realizadas de forma a garantir a saúde e a integridade física dos seus trabalhadores.

4.15.5. O referido programa representa o compromisso da empresa com o desenvolvimento de ações para a prevenção de acidentes, bem como o cumprimento da legislação trabalhista e deverá contemplar, no mínimo, as informações constantes no modelo fornecido pela Contratante.

4.16. Cumprir ainda todos os procedimentos de segurança estabelecidos em normas de segurança do IFRN.

4.17. Fornecer, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, cópia da seguinte documentação relativa à capacitação dos empregados:

4.17.1. Comprovante de realização de treinamento quanto a utilização correta, higienização, guarda e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme previsto na NR-06;

4.17.2. Comprovante de realização de treinamento de integração (ou treinamento admissional)



quanto às características dos serviços, os riscos envolvidos, os procedimentos de saúde, segurança e emergência que deverão ser seguidos e os equipamentos que deverão ser utilizados;

4.17.3. Certificado de treinamento admissional com carga horária mínima de 6 horas, conforme exigência da NR-18, quando for aplicável;

4.17.4. Certificado de treinamento de capacitação para operação de máquinas e equipamentos, conforme exigência da NR-18 e NR-12, quando for aplicável;

4.17.5. Outros documentos poderão ser solicitados, conforme as atividades a serem executadas.

4.18. Fornecer, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, cópia da seguinte documentação relativa à Saúde e Segurança do Trabalho:

4.18.1. Relação dos empregados da CONTRATADA, contendo nome, CPF e função;

4.18.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR-09;

4.18.3. Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, conforme NR-18, quando for aplicável;

4.18.4. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, conforme NR-07;

4.18.5. Programa de Proteção Respiratória – PPR, conforme Instrução Normativa Nº 1/1994, emitida pelo Ministério do Trabalho;

4.18.6. Programa de Conservação Auditiva – PCA, conforme NR-07;

4.18.7. Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, conforme Lei 8.213 /1991.

4.18.8. Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, específico para a função, emitido por médico legalmente habilitado, conforme NR-07;

4.18.9. Ordem de Serviço de Segurança, conforme NR-01, contendo a relação dos serviços, os riscos envolvidos, os procedimentos de segurança e saúde que deverão ser seguidos e os equipamentos que deverão ser utilizados;

4.18.10. Termo de recebimento e responsabilidade de EPI (Ficha de EPI) entregues aos empregados, constando o nome do empregado, a assinatura do recebimento, data da entrega, tipo do EPI, fabricante e número do Certificado de Aprovação (C.A);

4.18.11. Outros documentos poderão ser solicitados, conforme as atividades a serem executadas.

4.18.12. Caso sejam realizadas atividades envolvendo TRABALHO EM ALTURA, compreendendo as atividades em altura superior a dois metros com risco de queda, a empresa deverá entregar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- Certificado de treinamento para trabalho em altura, com carga horária mínima de 8 horas, conforme NR-35;

- Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) dos empregados, indicando a aptidão para trabalho em altura;

- Procedimentos escritos para trabalho em altura, conforme NR-35; 13.37.6.4. Relação dos empregados autorizados pela empresa a executarem trabalho em altura, conforme NR-35;

- Certificado de treinamento específico para o tipo de andaime a operar, conforme exigência da NR-18 (para as atividades de montagem e desmontagem de andaimes).

- Caso seja utilizado andaime fachadeiro, a empresa deverá entregar cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa a montagem, conforme previsto na NR-18.

- Caso seja utilizada plataforma de trabalho aérea (PTA), a empresa deverá entregar cópia do Certificado de treinamento de capacitação na operação da plataforma a utilizar.

- Permissão de Trabalho (PT) assinada pelo responsável da empresa (para cada dia de serviço),

conforme NR-35.

4.18.13. Caso sejam realizadas atividades envolvendo **INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE**, a empresa deverá entregar, em até 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, a seguinte documentação:

- Comprovante de qualificação (é considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino).
- Certificado de Curso Básico - Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, com carga horária de 40 horas e/ou o Certificado de treinamento de reciclagem bienal.
- Certificado de Curso Complementar - Segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com carga horária de 40 horas e/ou o Certificado de treinamento de reciclagem bienal.
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) compatível com as atividades a serem desenvolvidas.
- Procedimentos de Trabalho específicos para a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.11 da NR-10.
- Análise de Risco para as atividades relacionadas a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.2 da NR-10.

4.18.14. Conforme previsto na legislação trabalhista, a entrega da **DOCUMENTAÇÃO** mencionada nos itens acima é pré-requisito obrigatório para a execução dos serviços e visa o planejamento antecipado das atividades, buscando garantir a integridade física dos trabalhadores.

4.18.15. Apresentar, em até 30 dias após o início da prestação dos serviços, o **PROGRAMA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS** e da **DOCUMENTAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**.

4.18.16. Desenvolver, em até 30 dias após o início da prestação dos serviços, o **PROCEDIMENTO OPERACIONAL** para atividades rotineiras de trabalho em altura, cabendo ao empregado cumprir os procedimentos expedidos pelo empregador, conforme previsto na NR-35, observando o seguinte:

4.18.17. É obrigatória a utilização de **SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA QUEDAS** sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. O sistema de proteção contra quedas deve atender as diretrizes previstas na NR-35.

4.18.18. É obrigatório a utilização de capacete de segurança com jugular, calçado de segurança, cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo, dispositivo trava quedas e demais acessórios para impedir a queda do trabalhador. Antes do início dos trabalhos deve ser efetuada diariamente a inspeção rotineira de todos os equipamentos de proteção, acessórios e sistemas de ancoragem.

4.18.19. É obrigatório a utilização de acessórios e sistema de ancoragem para trabalho em altura devidamente dimensionado pela **CONTRATADA**. O sistema de ancoragem deve ser estabelecido pela Análise de Risco.

4.18.20. Somente estão autorizados a executar atividades que envolvam trabalho em altura os trabalhadores que possuam capacitação, conforme previsto na NR-35 – Trabalho em Altura. Os documentos comprobatórios para a comprovação das capacitações e treinamentos para trabalho em altura deverão ser apresentados antes do início dos serviços.

4.18.21. O trabalhador deverá possuir Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), atestando que o mesmo esteja apto para executar trabalhos em altura. A avaliação médica deverá ser efetuada periodicamente, considerando os riscos envolvidos em cada situação.

4.18.22. O planejamento, a organização e a execução de trabalhos em altura deverão seguir as recomendações previstas na NR-35 – Trabalho em Altura e na NR-18 – Condições e Meio

Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

4.18.23. No caso de serviços ou atividades envolvendo instalações elétricas, seguir as recomendações da NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, NR- 18 – Condições e Meio ambiente do Trabalho na Indústria da Construção, ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão e ABNT NBR 14039 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1kV a 36,2kV.

4.18.24. Somente estão autorizados a intervir em instalações elétricas os trabalhadores que possuem treinamento específico sobre os riscos decorrentes do emprego da energia

elétrica e as principais medidas de prevenção de acidentes em instalações elétricas, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo II (treinamento) da NR10.

4.18.25. Os trabalhadores que intervenham nas instalações de subestações de energia elétrica ou cabines de distribuição, bem como aquelas que interajam com o SEP, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo I da NR10, devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo II (treinamento) da NR-10.

4.19. Os uniformes de trabalho para serviços com eletricidade devem ser adequados às atividades, contemplando a proteção contra os riscos decorrentes do Fogo Repentino e do Arco Elétrico, conforme previsto na NR10. O uniforme é considerado um EPI devendo possuir Certificado de Aprovação (CA).

4.20. Promover a sinalização e isolamento da área, onde serão executadas as atividades, utilizando cones, correntes, fitas zebreadas ou tapumes, de modo a impedir o acesso de pessoas que não estejam envolvidas na operação.

4.21. O isolamento deve ser realizado antes do início dos trabalhos e o local deverá permanecer organizado e limpo. O isolamento deve estar na altura adequada, permitindo uma perfeita visualização, tanto no período diurno como noturno.

4.22. Fornecer aos seus empregados todos os uniformes, EPI e EPC necessários e compatíveis ao desenvolvimento das tarefas e riscos decorrentes da atividade executada ou do ambiente de trabalho, na quantidade adequada, bem como treinar quanto ao uso, conforme estabelece a NR-06.

4.23. Todos os empregados da CONTRATADA devem estar obrigatoriamente uniformizados, com roupas profissionais contendo identificação visual da CONTRATADA, e portando identificação individual - crachás, desde que compatível com a atividade.

4.24. Todo EPI fornecido pela CONTRATADA aos seus empregados deve possuir Certificado de Aprovação (CA) dentro do período de validade.

4.25. A CONTRATADA deve tornar obrigatório o uso do EPI e substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado.

4.26. A CONTRATADA deve controlar a entrega e distribuição dos EPIs e manter Termo de Recebimento e Responsabilidade, por empregado, para controle da entrega e orientação de uso dos equipamentos de segurança e uniformes.

4.27. A CONTRATADA não poderá repassar a qualquer de seus empregados o ônus relativo à compra, transporte, armazenagem, distribuição, conservação e controle dos EPI.

4.28. A CONTRATADA será responsável pelo treinamento para o uso de EPI, focando no mínimo: utilização correta, higienização, guarda e conservação, responsabilidades do empregador e do empregado; além de fiscalizar e cobrar o uso efetivo dos EPI nas áreas de

trabalho.

4.29. A CONTRATADA deverá garantir a substituição do EPI ou EPC, em caso de desgaste, extravio, perda, defeito ou qualquer dano que impossibilite a utilização do mesmo. A CONTRATADA será responsável pelo descarte adequado dos equipamentos de segurança substituídos.

4.30. No caso de substituição de equipamentos de segurança (individual ou coletiva), a CONTRATADA deve documentar e garantir o recolhimento do equipamento usado e providenciar o descarte adequado do mesmo.

4.31. A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de um EPI sempre que julgar incompatível com a atividade ou com uma qualidade questionável em relação ao risco associado a atividade.

4.32. É obrigação dos empregados da CONTRATADA usar e conservar os equipamentos de segurança e uniformes para a finalidade a que se destinam e responsabilizar-se pela sua guarda e conservação, bem como executar inspeção diária, solicitando reposição do EPI quando este estiver impróprio para o uso.

4.33. A CONTRATADA deverá adotar a hierarquia de controle dos riscos ambientais, previsto na NR-09, adotando respectivamente: medidas de proteção coletiva, medidas administrativas ou de organização do trabalho e utilização de equipamentos de proteção individual.

4.34. Garantir condições mínimas de higiene e conforto aos empregados, de acordo com o estabelecido na NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e NR-24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, onde aplicáveis, sob pena de embargo dos serviços.

4.35. Buscar a melhoria contínua das condições de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) para todos os seus empregados, eliminando, neutralizando ou implementando ações para mitigação dos riscos.

4.36. A obediência às normas de Segurança e Saúde do Trabalho é obrigatória para todos os representantes e empregados da CONTRATADA, aplicando-se também as orientações, procedimentos e diretrizes estabelecidas pela CONTRATANTE.

4.37. Do período:

4.37.1. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos limitada a 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei n. 14.133/21, a contar da data de sua assinatura.

4.37.2. Conforme inciso II, artigo 106, da Lei n. 14.133/21, a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

4.37.3. Conforme inciso III, artigo 106, da Lei n. 14.133/21, a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

4.38. Por ser classificado como serviço comum, a contratação não envolverá transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, nem licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

4.39. Em razão do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, celebrado em 05 de junho de 2003, não será admitida a participação de cooperativas durante a licitação.

4.40. O percentual de garantia de execução do contrato será de 5% do valor inicial do contrato, conforme arts. 98 Lei nº 14.133.

4.41. Informa-se, conforme art. 48, Lei 14.133/21, que o objeto pode ser de execução por terceiros por caracterizar-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

4.41.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

4.41.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

4.41.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

4.41.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

4.41.5. demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

4.41.6. prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;

4.41.7. durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

4.42. Como forma de assegurar que a empresa tem capacidade de executar os serviços com excelência, além de, mitigar potenciais riscos de rescisão contratual por incapacidade técnica, define-se como critério a comprovação de experiência pretérita. Para tanto, a futura contratada deverá apresentar certidões ou atestados que demonstrem que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um período mínimo de 1 (um) ano.

4.43. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.44. A participação NÃO será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o valor ultrapassa R\$ 80.000,00, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.44.1. A justificativa para NÃO ser exigida a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte no caso dos itens cuja estimativa de valor da contratação tenha ultrapassado R\$ 80.000,00 (art. 8º do

Decreto nº 8.538/2015) é fundamentada no PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE/PGF/AGU.

4.44.2. Considerando o PARECER n. 00215/2018/PF-IFRN/PFIFRIO GRANDE DO NORTE /PGF/AGU, optamos pela utilização da Opção I dada pela PROJU, pois a Opção II trará mais morosidade ao processo, bem como dificuldades técnicas com relação ao lançamento prático do item, pois para podermos incluir outro item, deverá ser feita nova IRP, considerando que não é possível fazer modificações na anterior, nessa nova IRP deverá ser copiado o item anterior, sendo necessário alteração do local de entrega de todos os participantes, considerando que o sistema não consegue atribuir os quantitativos copiados as UASGs corretas e também lançado o novo item da cota, onde teríamos que dividir todos os quantitativos de cada participante, considerando a cota de até 25%. Todo esse procedimento nos traz uma grande perda na celeridade do processo de aquisição, sendo assim, mais viável a utilização da Opção I dentre as

dadas pela procuradoria jurídica. Registramos ainda, que o pregão na forma eletrônica foi criado tendo como um dos seus princípios a celeridade processual, celeridade essa que encontramos na opção escolhida, qual seja, a Opção I. Por fim, conforme o parecer supracitado, tão logo o sistema esteja adaptado, a cota será aplicada na sua íntegra.

4.45. No caso de incidência do § 1º Art. 3º do Decreto nº 11.430, de 08/03/2023, a contratada deverá tomar as devidas providências para atender o percentual mínimo de oito por cento das vagas para mulheres vítimas de violência doméstica.

4.46. Conforme legislação vigente, fica vedada a incidência do disposto no item 2.1 (e suas alíneas) do Anexo VII-B da IN Seges 5/2017.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabeleceu que outras atividades que não estejam contempladas no rol do seu artigo 1º podem ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018, o que, efetivamente, o faz.

5.2. Concomitante, conforme inciso XLI, art. 6, lei 14.133, modalidade pregão é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, que é o caso do objeto deste estudo, as soluções disponíveis são:

5.3. Solução 1: Realização de Pregão eletrônico para contratação de serviço de limpeza e higienização com fornecimento de materiais incluso.

5.3.1 Descrição: Este tipo de aquisição engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes a execução dos serviços, além disso a metodologia de apuração dos valores da remuneração da contratada é por metro quadrado. Modelo já difundido e recomendado na IN nº 02/2008 MPOG e IN nº 05/2017 – MPDG, e utilizado por vários campi do IFRN e outros órgãos, inclusive é o atual modelo utilizado pelo Campus Natal Zona Norte, mas avaliou-se nos últimos anos que o modelo poderia ser melhorado, principalmente diminuindo os custos com o fornecimento dos materiais de limpeza e equipamentos pela contratada, haja vista que nesta solução, a lista de entrega de materiais é fixa, e que em alguns momentos há desembolso de pagamentos de materiais que não precisariam ser entregues.

5.4. Solução 2: Realização de Pregão eletrônico para contratação de serviço de limpeza e higienização, sem a inclusão de materiais.

5.4.1 Descrição: Nesta modalidade para aquisição dos materiais de consumo de limpeza teríamos que realizar uma segunda licitação, exclusivamente para aquisição de materiais de limpeza, o que seria economicamente inviável, já que isso pode gerar riscos como atrasos de entregas, falta de produtos de limpeza ou algum item pode ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, além de aumentar o volume de itens no almoxarifado para controle de estoque.

5.5. Solução 3: Realização de Pregão eletrônico para contratação de serviços de limpeza e higienização, com fornecimento de materiais, porém a solicitação de materiais é feita conforme a demanda.

5.5.1 Descrição: Neste modelo de contratação, realiza-se a aquisição do serviço juntamente

com os materiais, porém deve-se realizar os controles dos materiais fornecidos pela empresa contratada, solicitando que a empresa ao final do mês fature somente o valor efetivamente utilizado, havendo desta forma uma economia na execução do contrato. Este tipo de contratação também tem como metodologia a apuração dos valores da remuneração da contratada por metro quadrado. Assim, o valor do metro quadrado mudará apenas em relação à quantidade de materiais, que se adequará à demanda dos campi, tendo como limite a quantidade máxima estabelecida no planejamento. Este modelo também se adequa a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados. Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 3.

5.6. A solução 3, mostra-se mais viável uma vez que atende as determinações legais da IN nº 05 /2017 – MPDG, bem como há um maior controle dos materiais fornecidos pela empresa contratada, solicitando que a empresa ao final do mês fature somente o valor efetivamente utilizado, havendo desta forma uma economia na execução do contrato.

5.7. Por fim, ressalta-se que o modelo proposto também se amolda as cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por metro quadrado, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

5.8. Foi consultado o catálogo eletrônico de padronização, porém o serviço almejado não encontra-se cadastrado no referido catálogo.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação dos serviços de asseio, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos necessários a realização dos serviços, a serem faturados apartados do faturamento da mão de obra, a fim de atender as necessidades do Campus Natal Zona Norte do IFRN.

6.2. Após este estudo preliminar deve ser confeccionado o Mapa de Riscos da contratação, de maneira a ponderar e mitigar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do contrato, Termo de Referência e Edital juntamente com seus respectivos anexos facilitando a visualização por parte dos licitantes interessados das obrigações implícitas na participação do certame.

6.3. Após realizada a licitação faz-se necessário a formalização do contrato, com a cobrança da garantia legal, celebração da conta vinculada, formalização de identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a fiscalização do contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada dos serviços a serem contratados encontram-se na tabela abaixo, baseada no documento de formalização da demanda apresentado pelo setor requisitante deste processo, considerando ainda a realidade do contrato nº 074/2023 (atual) e as adequações e ampliações ocorridas nos últimos anos na infraestrutura do Campus Natal Zona Norte.

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENSAL	VALOR (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	1	25194	ÁREAS INTERNAS	M²	7.647,00	6,6502	50.854,10	610.249,14
	2	25194	ÁREAS EXTERNAS	M²	6.500,00	0,96834	6.294,19	75.530,29
	3	25194	ESQUADRIAS	M²	480,00	1,26360	606,53	7.278,32
	4	25194	ÁREAS HOSPITALARES	M²	83,00	16,65415	1.382,29	16.587,53





8.3. Informa-se que a estimativa do valor da contratação está em conformidade com § 3º Art. 3º do DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019, portanto, sendo possível autorização pelo Ordenador de Despesas do Campus Natal Zona - Norte, Diretor Geral, Edmilson Barbalho Campos Neto.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. A solução será constituída por itens (sendo cada item correspondente a um tipo de área a ser limpa), mas não será realizado o parcelamento da mesma (ou seja, os itens relativos ao campus comporão um mesmo grupo, de modo que a adjudicação seja feita por preço global do grupo de itens).

Optou-se por evidenciar os itens que compõem a solução, a fim de demonstrar, na ata do pregão, o custo unitário da limpeza por m<sup>2</sup> em cada tipo de área. Tal medida proporciona um maior controle dos gastos públicos, uma vez que facilita a consulta aos custos de cada serviço a ser contratado, o que favorece a gestão orçamentária e financeira do contrato.

Optou-se pelo não parcelamento da solução (ou seja, pela adjudicação por preço global de grupo de itens), para não haver perda de economia em escala.

O parcelamento da solução (adjudicação por item) possibilitaria a contratação de várias empresas, o que implicaria em vários contratos, sendo um contrato por empresa. Como consequência, ocorreria o aumento das despesas administrativas do órgão contratante com a gestão e fiscalização de contratos, por exemplo. Ademais, cada contrato implica ainda em custos indiretos como a disponibilização de um preposto e da estrutura administrativa da empresa contratada. Portanto, a existência de vários contratos de limpeza, asseio e conservação representa perda de economia em escala. O Tribunal de Contas da União já reconheceu as vantagens de incluir vários serviços do mesmo tipo em um único contrato, ou seja, por uma única empresa. Analisando os serviços de manutenção predial, o TCU chama a atenção para o fato de que a prestação de todos destes serviços por uma única empresa “traz grandes vantagens, pois evita o excesso de procedimentos administrativos, tais como a realização de diversas licitações e a gestão de inúmeros contratos” (Acórdão nº 3334/2015-Plenário/TCU). Tendo em vista que a limpeza e conservação é similar à manutenção predial, tal entendimento serve também para justificar a inclusão, em um único contrato, de todas as áreas do campus em que serão prestados os serviços de limpeza, asseio e conservação

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A contratação em questão também foi contemplada no Plano Anual de Contratações 2024 em conformidade com DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022, tendo em vista a necessidade de continuação na prestação do serviço, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme planejado no projeto estratégico MA - Otimização dos gastos com contratos continuados, gerido pela PROAD, etapa 4 - Execução dos contratos continuados com locação de mão-de-obra. Logo, a contratação está alinhada com as soluções criadas no planejamento a fim de atender as demandas existentes conforme histórico das necessidades do campus Natal Zona Norte.

11.2. Informa-se que o IFRN ainda não possui Plano Diretor de Logística Sustentável. O referido documento se encontra em fase de elaboração no processo administrativo protocolado sob nº 23421.001704.2023-49 ( [https://suap.ifrn.edu.br/processo\\_eletronico/visualizar\\_processo/fcb04a25-c1e4-4393-8209-d756467b0e61/](https://suap.ifrn.edu.br/processo_eletronico/visualizar_processo/fcb04a25-c1e4-4393-8209-d756467b0e61/) )

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. Espera-se com esta nova contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

12.2. Diminuição dos valores desembolsados anualmente, se comparado ao último contrato vigente.

12.3. Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos.

12.4. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.5. Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.

12.6. Garantir a boa execução dos serviços de limpeza e higienização, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.

12.7. Proporcionar os serviços de asseio, limpeza e conservação em conformidade com a atual estrutura do Campus e adequar os insumos fornecidos pela contratada, em virtude da ampliação da estrutura física do Campus Natal Zona Norte.

12.8. Os cumprimentos dos requisitos da contratação, juntamente com a aplicação da legislação existente, garantem a este Instituto um serviço de qualidade, pautado na eficiência e eficácia, inclusive respeitando as boas práticas de sustentabilidade. Com relação à economicidade, foram realizadas pesquisas de preço a fim de ratificar a proposta mais vantajosa para a administração, levando-se em consideração os preços praticados no mercado. Desta feita, espera-se obter uma boa execução do serviço contratado, através do melhor aproveitamento e gerenciamento dos recursos destinados para tal.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Não se faz necessária a realização de adequações do ambiente do órgão para o início da realização dos serviços a serem contratados, contudo, faz-se necessário a capacitação de

servidores, em especial os que atuarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos ao modelo proposto, que além da fiscalização direta do servidor, também insere o acompanhamento do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada renovação.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento constam nos itens referentes aos requisitos da contratação, deste presente estudo preliminar.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Declaramos, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a esta instituição.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIO CESAR ARAUJO DE ANDRADE**

Membro da comissão de contratação

**PAULO RICARDO DE OLIVEIRA**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Quantidades e Valores.pdf (591.46 KB)

## **Anexo I - Quantidades e Valores.pdf**

**MATERIAIS**

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Ácido muriático 1000ml	368775	UND	10	R\$ 10,40	R\$ 104,00
2	Água sanitária, teor cloro ativo de 2 a 2,50%	310507	UND	720	R\$ 1,86	R\$ 1.339,20
3	Álcool gel 70% Galão 5l	269943	BOMBONA	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
4	Álcool Etílico Hidratado 70% frasco com 1000 ML - APRESENTAÇÃO LÍQUIDO	269943	UND	720	R\$ 10,53	R\$ 7.581,60
5	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO	407762	UND	2	R\$ 27,97	R\$ 55,94
6	Suporte Limpa Tudo / Minilock C/3 Fibras + Extensão 1,5mts	455249	UND	3	R\$ 74,16	R\$ 222,48
7	Ancinho reforçado curvo 14 dentes reforçado com cabo de madeira	452432	UND	6	R\$ 28,66	R\$ 171,96
8	Anti mofo (DESUMIDIFICADOR) fabricado em cristais de sílica (cloreto de cálcio) , tampa com furos para absorver a umidade. Disponível nas fragrâncias neutra, kids ou lavanda 200 gramas, aparelho + refil	391358	UND	60	R\$ 11,00	R\$ 660,00
9	Balde plástico de 20 litros, dimensões aproximadas de 35x34cm, com alça de ferro com batoque.	321573	UND	15	R\$ 16,04	R\$ 240,60

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
10	CABO ENXADA MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO CABO:150 CM	380635	UND	10	R\$ 21,99	R\$ 219,90
11	ESTROVENGA CABO:MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE	441201	UND	2	R\$ 22,89	R\$ 45,78
12	Cera automotiva lata com 200g	17396	UND	1	R\$ 19,91	R\$ 19,91
13	Cesto p/ Lixo Telado de Plastico 10 Lts	236618	UND	10	R\$ 6,76	R\$ 67,60
14	Corde de Seda Poliéster Trançada 12mm x20metros	385481	UND	1	R\$ 70,00	R\$ 70,00
15	Cupinícida incolor aerosol, com mangueira, embalagem com 400ml.	348806	UND	12	R\$ 48,90	R\$ 586,80
16	Desentupidor de pia tipo sanfona, com cabo anatômico, aplicação: desentupir orifícios de pequeno e médio porte.	446101	UND	2	R\$ 8,99	R\$ 17,98
17	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo	377639	UND	2	R\$ 16,55	R\$ 33,10
18	Desinfetante à base de quaternário de amônio, teor ativo em torno de 0,4%, bombona de 5 litros. Aplicação: desinfecção de pisos, paredes, bancadas de trabalho, equipamentos, utensílios, etc.	420084	BOMBONA	12	R\$ 62,00	R\$ 744,00



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
19	Desinfetante liquido 5lts (aromas variados) - Princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil + tensioativos - teor ativo em torno de 50% -forma física: solução aquosa , bombona com 5 litros. Registro junto a Anvisa. Diluição 1:20.	293351	BOMBONA	240	R\$ 19,99	R\$ 4.797,60
20	Detergente liquido neutro lava louça 500ml	283054	UND	240	R\$ 3,72	R\$ 892,80
21	Detergente alcalino clorado em gel de 5lts para piso de alta concentração - Produto neutro e desengordurante. Diluição 1:100. De alto poder sanitizante e desengordurante.	386806	BOMBONA	72	R\$ 25,00	R\$ 1.800,00
22	Detergente líquido para piso, específico para porcelanato, bombona com 5 litros	386806	BOMBONA	24	R\$ 61,38	R\$ 1.473,12
23	Detergente p/ lavagem de veículos concentrado, bombona com 5 litros	446182	UND	6	R\$ 27,00	R\$ 162,00
24	Disco de feltro, limpeza pesada, para enceradeira 350mm	30198	UND	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00
25	Dispensador de sabonete líquido, de mesa, frasco em Pet de 500ml	385712	UND	12	R\$ 20,00	R\$ 240,00
26	Enxada canavieira em aço carbono 24 cm com cabo de madeira 150cm	321669	UND	1	R\$ 48,44	R\$ 48,44

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
27	Enxó com cabo 43cm	39543	UND	2	R\$ 57,93	R\$ 115,86
28	Escova de mão multiuso, com alça anatômica, dimensões 14,5 x 6 x 8,2 cm.	279310	UND	24	R\$ 5,00	R\$ 120,00
29	Espanador de Sisal com 30 cm	236909	UND	36	R\$ 16,80	R\$ 604,80
30	Esponja dupla face ação antibacteriano que não risca pacote com 3 unidades.	481020	PACOTE	120	R\$ 6,60	R\$ 792,00
31	Essência de aromas variados, com 100 ml (LAVANDA)	434597	UND	240	R\$ 9,37	R\$ 2.248,80
32	Estrovenga leve, com olho de 29 mm de diâmetro, pintura em verniz transparente sem cabo de madeira.	354950	UND	1	R\$ 31,26	R\$ 31,26
33	Facão tipo canavieiro	215184	UND	2	R\$ 36,79	R\$ 73,58
34	Filtro para o aspirador de pó. Sacos descartáveis de 20 a 25 litros, Kit 3 filtros	459839	PACOTE	4	R\$ 24,90	R\$ 99,60
35	Fio Nylon 3mm para roçadeira 15m	438123	UND	3	R\$ 23,70	R\$ 71,10
36	Flanela tamanho médio 40cmx50cm	319163	UND	360	R\$ 2,00	R\$ 720,00
37	Formicida para formiga isca granulada de ingestão	380116	KG	24	R\$ 18,23	R\$ 437,52
38	Herbicida para plantas daninhas	315457	LT	12	R\$ 21,50	R\$ 258,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
39	Inseticida aerosol, 400ml.	484679	UND	60	R\$ 10,63	R\$ 637,80
40	Limpador de vidro magnético	482448	UND	3	R\$ 34,64	R\$ 103,91
41	Limpador de vidros. Rodo limpa vidros telescópico, com cabo extensor de 3,10m, que pode ser reduzido a 1,25m. O rodo possui régua flanela para utilizar com água e detergente na sujeira da vidraça e régua de borracha para puxar a água e secar a vidraça.	30228	CJ	1	R\$ 131,16	R\$ 131,16
42	Lustra moveis frasco com 200ml	300944	UND	48	R\$ 4,95	R\$ 237,60
43	Mangueira de jardim, material PVC, ¾" com 50 m	455723	UND	2	R\$ 145,22	R\$ 290,43

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
44	Mop Líquido/Úmido - conjunto completo (- 01 unidade - Balde com capacidade para 20 Litros. - 01 unidade - Espremedor Lateral que pode ser utilizado com mops convencionais e, também com mops planos. - 01 unidade - Reservatório para água limpa com 8 Litros - 01 unidade -Cabo de alumínio extensível com 1,40 m - 01 unidade - Garra Euro Plástica - 02 unidades - Refis de algodão Crú - 300 gramas - 01 unidade - Placa Sinalizadora Compact - Piso Molhado) Referência BRALIMPIA KT20FAM	449784	CJ	2	R\$ 136,20	R\$ 272,39
45	Mop Pó - conjunto completo (cabo de alumínio + armação + refil 60 cm). Confeccionado em microfibra com cabo extensor em alumínio.	415215	CJ	2	R\$ 85,51	R\$ 171,02
46	Mop Pó refil 60 cm	450517	UND	4	R\$ 34,89	R\$ 139,56
47	Mop Úmido/Líquido - refil da cabeleira na cor azul algodão Crú - 300 gramas	449784	UND	4	R\$ 20,30	R\$ 81,20

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
48	Odorizador de ambiente em aerossol, 360ml	422204	UND	120	R\$ 17,05	R\$ 2.046,00
49	Pá coletora de lixo com tampa, dobrável, cabo 80 cm	477057	UND	4	R\$ 34,33	R\$ 137,32
50	PANO DE CHÃO ALVEJADO TIPO A, MEDIDAS 50X70CM, material 100% algodão	481028	UND	360	R\$ 6,75	R\$ 2.430,00
51	PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, ATOALHADO LISO, COM BAINHA, MEDINDO 40 X 63CM	433338	UND	96	R\$ 5,25	R\$ 504,00
52	Pano multiuso tipo perfex - rolo com 300m picotado	440600	UND	2	R\$ 176,87	R\$ 353,74
53	Papel higiênico duplo de 1ª qualidade, branco, picotado, macio, fardo com 64 rolos de 30 m.registrado junto ao	443004	FARDO	72	R\$ 103,33	R\$ 7.439,40
54	Papel Higiênico em Rolo, folha simples - 300m, branco extra luxo, fabricado com 100% celulose virgem, alta qualidade, embalado em caixa de papelão com 8 rolos de 300m, com 2400 metros. Extrato de	227864	FARDO	192	R\$ 57,44	R\$ 11.028,48

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
55	Papel toalha branco de 1ª qualidade, com alto poder de absorção, interfolhado, 23x21cm (aproximadamente), com duas dobras, fardo com 1000 folhas, separados em pacotes de 250 folhas. 100% celulose virgem.	436328	FARDO	1440	R\$ 18,75	R\$ 27.000,00
56	FIBRAS DE LIMPEZA GERAL (PARA USO DE MINI LOC, COM TAMANHO COMPATIVEL AO KIT FORNECIDO), VERDE 10 UND	422385	UND	30	R\$ 20,60	R\$ 618,00
57	Pastilha sanitária adesiva (aromas variados) com 3 unidades	465064	PACOTE	300	R\$ 8,06	R\$ 2.418,00
58	Revitalizador de plásticos, embalagem com 100g	250933	UND	12	R\$ 22,00	R\$ 264,00
59	Roda em aço com rolamento e pneu sólido em poliuretano, 3-3,25X8, capacidade 80kg, referência similar ao modelo LotusFlex	481630	UND	10	R\$ 132,50	R\$ 1.325,00
60	Rodo metálico reforçado 60cm cabo e suporte de alumínio	449824	UND	5	R\$ 35,45	R\$ 177,25
61	Sabão em barra glicerinado, pacote com 5 barras de 200g	298406	PACOTE	60	R\$ 10,33	R\$ 619,80
62	Sabão em pó granulado mult-ação, com 1kg	436764	KG	120	R\$ 16,94	R\$ 2.032,20

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
63	Sabonete líquido concentrado neutro, antisséptico, para as mãos, perfumado.	472873	BOMBONA	144	R\$ 54,29	R\$ 7.817,76
64	Saco plástico p/ lixo 40 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	458145	PACOTE	120	R\$ 39,13	R\$ 4.695,60
65	Saco plástico p/ lixo 60 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	470832	PACOTE	120	R\$ 51,50	R\$ 6.180,00
66	Saco plástico p/ lixo 100 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Dimensões 80 x 90 cm ou 75x105cm. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	470832	PACOTE	120	R\$ 56,00	R\$ 6.720,00
67	Saco plástico p/ lixo 200 litros pct com 100 sacos reforçado classe 1- tipo E - super resistente	481090	PACOTE	120	R\$ 60,00	R\$ 7.200,00
68	Saponáceo cremoso com partículas polidoras 300ml	397907	UND	12	R\$ 8,00	R\$ 96,00
69	Solução limpador multiuso para limpeza geral para pronto uso, capaz de remover gorduras e sujeiras em superfícies rígidas (500ml)	289840	UND	480	R\$ 5,43	R\$ 2.606,40
70	Vaselina líquida para uso geral, embalagem de 1000ml	421259	UND	5	R\$ 26,36	R\$ 131,80

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
71	Vassoura de piaçava padrão 4 com cabo e capa plástica	469862	UND	60	R\$ 20,59	R\$ 1.235,40
72	Vassoura Nylon 30cm Cabo de Madeira Plastificado com altura de 1,20m	466615	UND	48	R\$ 17,39	R\$ 834,72
73	FIBRAS DE LIMPEZA GERAL (PARA USO DE MINI LOC, COM TAMANHO COMPATIVEL AO KIT FORNECIDO), BRANCA 10 UND	422385	UND	30	R\$ 20,60	R\$ 618,00
74	Vassourão piaçava, cabo e cepa em madeira, 40 cm, tipo gari	318938	UND	4	R\$ 22,71	R\$ 90,84
75	Vassourinha/escova para limpeza de aparelho sanitário com suporte	331870	UND	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00
TOTAL (R\$)						R\$ 126.337,10



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Avental de proteção em PVC. Com forro em poliéster no lado interno do avental. Com tiras do mesmo material. Modelo frontal. Ergonômico. Contra riscos de umidade no manuseio de água e respingos de produtos químicos. Possuindo Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego	335478	UND	12	R\$ 20,50	R\$ 246,00
2	Calçado de segurança sem biqueira de aço, confeccionado em vaqueta, sola de borracha, dorso acolchoado, palmilha antibacteriana, na cor preta, com Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.	468656	PAR	20	R\$ 47,20	R\$ 944,00
3	Calçado tipo bota confeccionada em PVC com forro em poliéster. Impermeável, toda fechada. Cano médio. Sem bico de aço. Solado antiderrapante. Indicada para uso em limpeza de áreas úmidas. Cor branca.	464769	PAR	4	R\$ 42,80	R\$ 171,20
4	Capa de segurança contra chuva. Capa de segurança contra chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, impermeável, mangas longas, capuz, cor amarela, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, costuras através de solda eletrônica. Indicada para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e contra agentes meteorológicos. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	450863	UND	2	R\$ 17,00	R\$ 34,00
5	Capacete de segurança com aba frontal - Tipo II e Classe B. Capacete de segurança com sistema de suspensão e jugular; Com aba Frontal (Tipo II); Indicado para proteção contra impactos de objetos sobre a cabeça e isolamento elétrico (Classe B); Casco fabricado por injeção em material plástico; Com sistema de suspensão em polietileno de baixa densidade; Jugular com 2 pontos de ancoragem com fitas antialérgicas fabricadas em poliamida; Reguladores e fivela em Nylon, proporcionam um perfeito ajuste da jugular; Tiras absorventes de suor; Tratamento UV para proteger a cor dos capacete; Cor a definir; Ajuste de tamanho feito por meio de catraca giratória; Conjunto de suspensão de fácil remoção para higienização ou substituição; Slot para encaixe de protetores faciais e auditivos; Sistema de suspensão com espaço de folga entre o casco e a testeira possibilitando a circulação de ar e oferecendo maior conforto ao usuário; Espaço existente entre o casco e o topo da cabeça, conforme determina norma técnica, proporciona maior segurança no caso de ocorrer um impacto; Conjunto de suspensão podendo ser vendido separadamente para substituição, quanto necessário. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	468649	UND	4	R\$ 17,99	R\$ 71,96
6	Chapéu australiano com protetor de nuca e cordão de ajuste, confeccionado em poliéster.	126497	UND	4	R\$ 29,09	R\$ 116,36

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
7	Cinto de segurança tipo paraquedista. Cinturão paraquedista e abdominal com 5 pontos de ancoragem, confeccionado em fita de poliéster, possui elementos de engate peitoral para suspensão, resgate e retenção de queda em fita de poliéster, dorsal em argola em D de aço para retenção de queda, possui elemento de engate de posicionamento na cintura, sendo dois laterais em argola em D de aço, possui alças nos ombros em poliéster para resgate, possui três fivelas em aço para regulagem peitoral, duas fivelas em aço para regulagem nas coxas e uma fivela em aço para regulagem na cintura, com almofada na cintura para proteção lombar, possui alças para porta ferramentas. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. Observação: O conjunto de EPI formado por cinturão de segurança, talabarte de segurança e dispositivo trava queda devem ser compatíveis e do mesmo fabricante de acordo com requisitos normativos do INMETRO.	485913	UND	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
8	Corda de nylon 12mm para linha de vida. Corda trançada de poliamida (nylon) de 12mm, constituída em trançado triplo e alma central, trançado externo em multifilamento de poliamida, trançado intermediário e o alerta visual de cor amarela em multifilamento de poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, carga de ruptura mínima 20 KN, cor branco. Marcação com fita inserida no interior do trançado interno gravado NR 18.16.5 ISO 1140 1990 e fabricante com CNPJ. Conforme especificações da Norma Regulamentadora (NR-18). Indicado para uso específico em cadeiras suspensas e cabo guia de segurança para fixação de trava quedas. 100 m.	259666	UND	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
9	Creme protetor solar com formulação resistente em forma de loção cremosa, testada dermatologicamente para proteção da pele em pelo menos 30 vezes mais do que se não tivesse sido aplicado (FPS 30), contra queimaduras ocasionadas pela exposição às radiações UVA/UVB, provenientes do sol e equipamentos. frasco 120ml	405875	UND	8	R\$ 19,97	R\$ 159,76
10	Dispositivo trava quedas para corda com absorvedor de energia. Equipamento confeccionado em aço inox. Para deslocamentos verticais utilizando corda de segurança de 12mm de diâmetro, com absorvedor de impacto, conforme NBR14626. O equipamento desliza acompanhando o trabalhador em ascensões e descensões, travando automaticamente em caso de queda. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.	483846	UND	2	R\$ 129,90	R\$ 259,80

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
11	Fita de ancoragem com argolas. Fita de ancoragem plana confeccionada em material sintético (poliéster) de alta tenacidade, 100 mm de comprimento. A fita de ancoragem possui duas argolas (anéis) de aço em formato "D" de tamanhos diferentes (argolas passantes), com tratamento de superfície contra corrosão, costuradas em ambas as extremidades. As costuras são confeccionadas em cores contrastantes às da fita par facilitar a visualização e inspeção. A fita funciona como um conector de ancoragem em um sistema provisório de proteção contra quedas. Projetada para ser enrolada em volta de uma estrutura de ancoragem de capacidade suficiente. Carga de ruptura mínima de 22 kN. Proporciona facilidade de operação e deslocamento do trabalhador. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO.	485803	UND	2	R\$ 108,00	R\$ 216,00
12	Luva de borracha nitrílica, Luva de borracha nitrílica indicada para proteção das mãos e antebraços contra produtos químicos, punho reto com 33cm, com forro de algodão, com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Tamanhos P, M, G e GG.	375711	PAR	60	R\$ 11,88	R\$ 712,80
13	Luva borracha, material:látex natural, cor:amarela, características adicionais:antederrapante. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. Tamanhos P, M, G e GG	481070	PAR	150	R\$ 2,49	R\$ 373,50
14	Luva de segurança confeccionada em quatro fios de algodão tricotadas em uma só peça, tamanho único, palma com pigmento PVC, punho com elástico, acabamento em overlock, luva para proteção contra agentes mecânicos.	355664	PAR	80	R\$ 3,70	R\$ 296,00
15	Luva de segurança confeccionada em raspa indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, com tira de reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador, reforço interno na palma e face palmar dos dedos.	262935	PAR	40	R\$ 10,59	R\$ 423,60
16	Luva de segurança para coleta de lixo confeccionada em fibras naturais e punho de malha costurado, totalmente revestida em policloreto de vinila (PVC) liso na face palmar, ponta dos dedos e dorso. Indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	438323	PAR	20	R\$ 9,80	R\$ 196,00
17	Manga em tecido para proteção do braço e antebraço. Manga em tecido para proteção do braço contra os efeitos da radiação solar, confeccionada em poliamida e elastano. Proteção UV, com fator de proteção FP50+, adequada para exposição a radiação solar. Modelo manga longa, maleável, leve, resistente e flexível. Secagem rápida de transpiração.	481354	PAR	4	R\$ 29,90	R\$ 119,60
18	Máscara descartável filtrante, classe PFF1, sem válvula de exalação, cor externa azul, modelo dobrável. Confeccionado em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático e camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial e tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unid.	486881	UND	50	R\$ 2,09	R\$ 104,50

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
19	Máscara descartável filtrante, classe PFF2 VO, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável, com solda térmica em todo seu perímetro, confeccionado com manta sintética e camada de carvão ativado. Indicado para proteção das vias respiratória do usuário contra aerodispersóides (partículas) gerados mecanicamente (poeiras e névoas), termicamente (fumos) e odores de vapores orgânicos em baixa concentração presentes no ambiente, formato dobrável, válvula de exalação, tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto, e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal, possuindo Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.	486889	UND	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00
20	Mosquetão em aço. Mosquetão, fabricado em aço, utilizado para ancoragem em cintos, trava quedas, talabartes, entre outros. Equipamento com fechamento em trava dupla por sistema automático do gatilho e rosca manual que impede abertura durante o uso, com abertura de 20mm, formato oval, carga de ruptura de 25kN.	486349	UND	2	R\$ 21,48	R\$ 42,96
21	Óculos de ampla visão para proteção contra respingos de produtos químicos.	298060	UND	20	R\$ 5,40	R\$ 108,00
22	Óculos de proteção para sobrepor. Possui lente de proteção em policarbonato com tratamento anti-risco, antiembaçante, protetor nasal injetados do mesmo material e haste vazada tipo espátula. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Aplicação: Utilização com sobreposição, para proteção de usuário que utiliza de óculos de grau.	221270	UND	2	R\$ 15,36	R\$ 30,72
23	Óculos de segurança com lentes de policarbonato de alta transparência; anti-risco; anti-embaçante; hastes com sistema de regulagem de ângulo e comprimento; hastes com extremidades flexíveis, possuindo Certificado de Aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego. Transparentes	399611	UND	5	R\$ 9,47	R\$ 47,35
24	Placa de sinalização de segurança produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, dobrável, na cor amarela, dimensões mínimas 69cmX30cm, com informação para advertência de atenção sobre "CUIDADO - PISO MOLHADO" para uso em áreas internas ou externas.	486704	UND	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00
25	Protetor auditivo do tipo inserção, confeccionado em silicone, pré-moldado, no formato cônico com três flanges concêntrico, de diâmetro variáveis, contendo um orifício em seu interior. Atenuação: 18 dB. Tamanho único com cordão e caixa plástica. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Marca de referência: 3M.	337283	UND	20	R\$ 1,90	R\$ 38,00
26	Protetor auditivo tipo concha. Protetor auditivo circum-auricular tipo concha; possui espuma na parte superior da haste; pressão da haste ajustável; altura da concha ajustável; nível de redução de ruído Nrr igual ou superior a 21 dBA. Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego	485383	UND	3	R\$ 46,00	R\$ 138,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
27	<p>Talabarte de segurança duplo com absorvedor de energia.</p> <p>Talabarte de segurança duplo em forma de "y", confeccionado em fita de poliéster. Na extremidade inferior do "y" absorvedor de energia, confeccionado em cadarço de material sintético poliéster e neste um mosquetão com trava tripla de segurança, fixado através de olhal confeccionado com a própria fita e fechado com costura reforçada. Nas extremidades superior do "y", dois mosquetões de segurança, formato gancho com dupla trava de segurança em aço galvanizado, fixado através de olhal confeccionado com a própria fita e fechado com costura reforçada. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.</p> <p>Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>	430333	UND	1	R\$ 152,84	R\$ 152,84
28	<p>Óculos de segurança com lentes de policarbonato de alta transparência; anti-risco; anti-embaçante; hastes com sistema de regulagem de ângulo e comprimento; hastes com extremidades flexíveis, possuindo Certificado de Aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>Transparentes, escuros.</p>	399611	UND	5	R\$ 7,63	R\$ 38,15
TOTAL (R\$)						R\$ 6.051,10

## EQUIPAMENTOS

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Aspirador de pó e líquidos, 20L 1400W. Potência: 1400W. Tensão: 220v. Capacidade do Recipiente: 20L. Motor: 1 estágio. Mangueira: 1,5m. Cabo elétrico: 5m. Itens inclusos: bocal de sopro, cabo elétrico de 5 metros, aspira sólidos e líquidos, utiliza 3 filtros (filtro de papel, filtro pano, filtro permanente), possui rodas, alças e bóia de água, porta-acessórios. Marca/modelo de referência: Wap/GT Profi ou similar ou superior.	448227	UND	1	R\$ 535,00	R\$ 535,00
2	Carro coletor de lixo com capacidade de 240 litros. Contêiner injetado em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV. Um par de rodas de "8" (200mm) confeccionadas em borracha maciça. Eixo das rodas elaborado em aço carbono 1020 galvanizado.	473476	UND	1	R\$ 433,85	R\$ 433,85

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
3	<p>Carro carga usado para transporte de cargas em geral do tipo plataforma de 1500 x 800 mm, Capacidade de Carga de 600 Kg. a. Cabo em T para manobras com freio. Estrutura Metálica em Aço Carbono. Soldagem pelo processo: MIG/MAG. Pintura a Pó Eletrostática. Assoalho Metálico. Medida da Plataforma: 1500 x 800 mm. Altura da Plataforma: 400 mm. Altura do Cabo: 1000 mm. Roda em aço com rolamento tipo rolimã e pneu sólido em poliuretano, 3-3,25X8.</p>	602777	UND	1	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
4	<p>Carro para transporte de carga 200Kg é ideal para mover cargas pesadas, design compacto com construção reforçada em aço, alças de plástico que fornecem melhor aderência e incluem proteção para mão, rodas com pneus sólidos em poliuretano.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho da base de pé 240 x 360 mm</li> <li>- Tamanho total 520 x 1180 x 530 mm</li> <li>- Diâmetro da roda pneumática 260 mm.</li> </ul>	444717	UND	1	R\$ 410,40	R\$ 410,40

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
5	Carro funcional para limpeza 50L. Acompanha: 01 Carro Funcional com bolsa vinil + 01 (um) Conj. Espremedor Doblô 50 litros, c/ 02 baldes de 25 l cada + 01 (um) Conjunto Mop Líquido (01 Cabo em Alumínio + 01 Haste + 01 Refil Mop Líquido 320 g) + 01 (uma) Placa de Sinalização Piso Molhado + 01 (uma) Pá Coletora Pop + 01 (um) Conjunto Mop Pó (01 Cabo em Alumínio + 01 Armação + 01 Refil Mop Pó 60 cm). Medidas: 116 cm comprimento x 57 cm largura x 100 cm altura, peso aproximado 18 k.	330346	UND	3	R\$ 1.283,60	R\$ 3.850,80
6	MAQUINA ENCERADEIRA INDUSTRIAL PARA LAVAGEM DE PISO	441196	UND	1	R\$ 2.024,99	R\$ 2.024,99
7	Ferro de passar roupa 1200W 220v	317246	UND	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
8	Lavadora de alta pressão (tipo lava jato) (sob demanda)	462874	UND	1	R\$ 1.239,99	R\$ 1.239,99
9	Máquina de lavar roupa 220V com no mínimo 12kg de capacidade de lavagem; com ciclo de água quente, abertura superior	325146	UND	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
10	Roçadeira Lateral a Gasolina , 2,2 HP de potência, 55 cc, 13.000 RPM de rotação	344166	UND	1	R\$ 1.104,35	R\$ 1.104,35
					TOTAL (R\$)	R\$ 4.454,34

## UNIFORMES

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Camisa ou camisetas, em algodão, manga curta com a logomarca da empresa.	467387	und	4	R\$ 32,72	R\$ 130,88
2	Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine.	477076	und	4	R\$ 51,10	R\$ 204,40
3	Meias, padrão esporte, tecido Algodão	485781	par	4	R\$ 12,00	R\$ 48,00
4	Crachá de identificação com Foto	439776	und	1	R\$ 8,50	R\$ 8,50
TOTAL (R\$)						R\$ 391,78

# SEGURO DE VIDA

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT /CATSER	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Camisa ou camisetas, em algodão, manga curta com a logomarca da empresa.	13943	und	11	R\$ 0,76	R\$ 8,36
VALOR (R\$)						R\$ 8,36

**Anexo II - Anexo II.pdf**

## PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENSAL	VALOR (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)
1	1	25194	ÁREAS INTERNAS	M²	7.647,00	6,650202	50.854,10	610.249,20
	2	25194	ÁREAS EXTERNAS	M²	6.500,00	0,968337	6.294,19	75.530,28
	3	25194	ESQUADRIAS	M²	480,00	1,26360	606,53	7.278,36
	4	25194	ÁREAS HOSPITALARES	M²	83,00	16,65415	1.382,29	16.587,48
					<b>14.710,00</b>		<b>59.137,11</b>	<b>709.645,32</b>

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Tipo de área	Tipo de área	Subtipos de área	Área limpa pelo serv. insalub.	Área definida (m2)	Faixa de produtividade (m2) [4]	Produtividade adotada (m2) [5]	Qtde. de profissionais				Valor unit. por m2 (R\$)					Valor total por posto (R\$)				
								Servente de limpeza [6]	Serv. limp. c/ insalubr. [6]	Encarrega do [7]	Supervisor [8]	Servente de limpeza [9]	Serv. limp. c/ insalubr. [9]	Encarrega do [10]	Supervisor [11]	Total	Servente de limpeza	Serv. limp. c/ insalubr.	Encarrega do	Supervisor	Total
1	Áreas internas	Áreas internas	A1. Pisos acarpetados	Não	120	800 a 1200	1.200	0,1	-	0,0100007		4,34786667		0,3727764		4,7206431	521,744		44,73166		566,477166
		Áreas internas	A2. Pisos frios	Não	3.500	800 a 1200	1.200	2,9166667	-	0,2916873		4,34786667		0,3727764		4,7206431	15217,53333		1304,7173		16522,2507
		Áreas internas	A2.1 Pisos frios (p/complemento área ser c/insalib)	Sim	0	800 a 1200	1.200	0		0		0		0,3727764		0,3727764	0	0	0		0
		Áreas internas	A3. Laboratórios	Não	1.063	360 a 450	450	2,3622222	-	0,2362389		11,5943111		0,9940704		12,588381	12324,75271	0	1056,6968		13381,4495
		Áreas internas	A4. almoxarifados/galpões	Não	1.500	1500 a 2500	2.500	0,6	-	0,0600042		2,086976		0,1789327		2,2659087	3130,464	0	268,399		3398,863
		Áreas internas	A5. Oficinas	Não	28	1200 a 1800	1.800	0,0155556	-	0,0015557		2,89857778		0,2485176		3,1470954	81,16017778	0	6,9584925		88,1186703
		Áreas internas	A6. Áreas com espaços livres	Não	1.050	1000 a 1500	1.500	0,7	-	0,070005		3,47829333		0,2982211		3,7765144	3652,208	0	313,13216		3965,34016
		Áreas internas	A7. Banheiros (com 5 vaso ou mais)	Sim	0	200 a 300	200	0		0				2,2366583		2,2366583	0	0	0		0
		Áreas internas	A8. Banheiros (com menos de 5 vasos e acesso restrito)	Não	26	200 a 300	300	0,0866667	-	0,0086673		17,3914667		1,4911055		18,882572	452,1781333	0	38,768744		490,946877
2	Áreas externas	Áreas externas	B1. Pisos pavimentados	Não	300	1800 a 2700	2.700	0,1111111	-	0,0111119		1,93238519		0,1656784		2,0980636	579,7155556		49,703518		629,419074
		Áreas externas	B2. Varrição de passeios	Não	5.000	6000 a 9000	9.000	0,5555556	-	0,0555595		0,57971556		0,0497035		0,6294191	2898,577778		248,51759		3147,09537
		Áreas externas	B3. Áreas verdes	Não	1.200	1800 a 2700	2.700	0,4444444	-	0,0444476		1,93238519		0,1656784		2,0980636	2318,862222		198,81407		2517,67629
3	Esquadrias	Esquadrias	C1. Esquadrias face externas com exposição a situação de risco [2]	Não	0	130 a 160	160	0	-	0		2,76406018		0,2369844		3,0010445	0		0		0
		Esquadrias	C2. Esquadrias face externas sem exposição a situação de risco [2]	Não	240	300 a 380	380	0,053535	-	0,0053539		1,16381481		0,0997829		1,2635977	279,3155553		23,947892		303,263448
		Esquadrias	C3. Esquadrias face internas [2]	Não	240	300 a 380	380	0,053535	-	0,0053539		1,16381481		0,0997829		1,2635977	279,3155553		23,947892		303,263448
4	Fachada	Fachadas e	D1. Fachadas envidraçadas [3]	Não	0	130 a 160	160	0	-	0		32,609		0,2369844		32,845984	0		0		0
5	Áreas	Áreas hospi	E1. Áreas hospitalares e assemelhadas	Sim	83	360 a 450	415	0	0,2	0,0200014			15,576241	1,0779076		16,654149	0	1292,828	89,466333		1382,29433
Total					14.710	-		7,999292	2,000000	1,000000	0	88,290534	47,896941	10,934995	0	147,12247	41.735,83	12.928,28	4.473,00	0	59.137,11

Descrição	Medida	QNTD Mensal	Valor por m²
Áreas internas	m²	7.647	6,6502
Áreas externas	m²	6.500	0,9683
Esquadrias	m²	480	1,2636
Áreas hospitalares	m²	83	16,6541

serv	5.217,44	41739,52
serv insal	6.464,14	12928,28
encar	4.473,00	4.473,00
		59140,8
		-3,69

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha de Custos e Formação de Preços				
Processo			Licitação	
Data			Horário	
DADOS DO PROPONENTE				
Razão Social			CNPJ	
DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO				
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)			
B	Município/UF			Natal/RN
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			RN000083/2024
D	N° de meses de execução contratual			12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO				
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Servente de Limpeza			Posto Mês	8

MÃO-DE-OBRA		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional (R\$)	1.470,16
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2024
Nota	Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.	

MÓDULO 1		COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		1.470,16
B	Adicional de Periculosidade (risco de vida)		0,00
C	Adicional de Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
Total			1.470,16

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.1		13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	122,46
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	177,89
Total		20,43%	300,35

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.2		GPS, FGTS e outras contribuições	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	354,10
B	Salário Educação	2,50%	44,26
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa)	6,00%	106,23

<b>D</b>	SESC ou SESI	1,50%	26,56
<b>E</b>	SENAI - SENAC	1,00%	17,71
<b>F</b>	SEBRAE	0,60%	10,62
<b>G</b>	INCRA	0,20%	3,54
<b>H</b>	FGTS	8,00%	141,64
<b>Total</b>		<b>39,80%</b>	<b>704,66</b>

<b>MÓDULO 2</b>		<b>ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS</b>	
<b>Submódulo 2.3</b>		<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	Transporte	145,79	
<b>B</b>	Auxílio-Refeição/Alimentação	181,64	
<b>C</b>	Benefício Social Familiar	15,00	
<b>D</b>	Auxílio-Saúde	128,35	
<b>E</b>	Programa de Qualificação Profissional e Marketing PQM	5,21	
<b>F</b>	Seguro de Vida	0,76	
<b>Total</b>		<b>476,75</b>	

<b>Quadro Resumo - Módulo 2</b>		<b>ENC. E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS</b>	
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>2.1</b>	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	300,35	
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e outras contribuições	704,66	
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários	476,75	
<b>Total</b>		<b>1.481,77</b>	

<b>MÓDULO 3</b>		<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	6,17
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,44
<b>C</b>	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	3,47%	51,01
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado *	1,94%	28,52
<b>E</b>	Incidência do Submódulos 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	11,32
<b>F</b>	Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	7,79
<b>Total</b>		<b>7,16%</b>	<b>105,26</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.1</b>		<b>Ausências Legais</b>	
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Férias	1,620%	23,82
<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,820%	12,06
<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,020%	0,29
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,030%	0,44
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,070%	1,03
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Outras Ausências	0,000%	0,00
<b>Total</b>		<b>2,560%</b>	<b>37,64</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.2</b>		<b>Intrajornada</b>	
<b>4.2</b>	<b>Intrajornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Intervalo para repouso ou alimentação	0,000%	0,00



<b>Total</b>	<b>0,000%</b>	<b>0,00</b>
--------------	---------------	-------------

Quadro Resumo - Módulo 4		CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>4.1</b>	Ausências Legais	37,64
<b>4.2</b>	Intrajornada	0,00
<b>Total</b>		<b>37,64</b>

MÓDULO 5		INSUMOS DIVERSOS
<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Uniformes	32,65
<b>B</b>	Materiais	1.052,81
<b>C</b>	Equipamentos	111,74
<b>D</b>	Outros (EPI's e EPC's)	50,43
<b>Total</b>		<b>1.247,63</b>
<b>Nota</b>	<i>Valores mensais por empregado</i>	

MÓDULO 6		CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	
<b>5</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	92,84
<b>B</b>	Lucro	6,79%	216,44
<b>C</b>	Tributos		
	<i>C.1 - Tributos Federais (COFINS)</i>	7,60%	301,71
	<i>C.1 - Tributos Federais (PIS)</i>	1,65%	65,50
	<i>C.3- Tributos Municipais (ISS)</i>	5,00%	198,49
<b>Total dos Tributos</b>		<b>14,25%</b>	<b>565,71</b>
<b>Total</b>		<b>24,04%</b>	<b>874,99</b>
<b>Nota (1)</b>	<i>Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.</i>		
<b>Nota (2)</b>	<i>O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.</i>		
<b>Nota (3)</b>	<i>A alíquota dos Tributos municipais deve ser informada de acordo com a legislação do município onde será prestado o serviço</i>		

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		<b>R\$</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.470,16
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.481,77
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	105,26
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	37,64
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	1.247,63
<b>Subtotal (A+B+C+D+E)</b>		<b>4.342,46</b>
<b>F</b>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	874,99
<b>Valor Total por Empregado (R\$)</b>		<b>5.217,44</b>

\* A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. Deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha de Custos e Formação de Preços				
Processo			Licitação	
Data			Horário	
DADOS DO PROPONENTE				
Razão Social			CNPJ	
DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO				
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)			
B	Município/UF			Natal/RN
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo			RN000083/2024
D	N° de meses de execução contratual			12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO				
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Servente de Limpeza (insalubridade)			Posto Mês	2

MÃO-DE-OBRA		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional (R\$)	1.470,16
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Servente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2024
Nota	Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.	

MÓDULO 1		COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		1.470,16
B	Adicional de Periculosidade (risco de vida)		0,00
C	Adicional de Insalubridade (40%)		564,80
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
Total			2.034,96

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.1		13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	169,51
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	246,23
Total		20,43%	415,74

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.2		GPS, FGTS e outras contribuições	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		% Valor (R\$)
A	INSS		20,000% 490,14
B	Salário Educação		2,500% 61,27
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa)		6,000% 147,04

<b>D</b>	SESC ou SESI	1,500%	36,76
<b>E</b>	SENAI - SENAC	1,000%	24,51
<b>F</b>	SEBRAE	0,600%	14,70
<b>G</b>	INCRA	0,200%	4,90
<b>H</b>	FGTS	8,000%	196,06
<b>Total</b>		<b>39,800%</b>	<b>975,38</b>

<b>MÓDULO 2</b>		<b>ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS</b>	
<b>Submódulo 2.3</b>		<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	Transporte	111,90	
<b>B</b>	Auxílio-Refeição/Alimentação	181,64	
<b>C</b>	Benefício Social Familiar	15,00	
<b>D</b>	Auxílio-Saúde	128,35	
<b>E</b>	Programa de Qualificação Profissional e Marketing PQM	5,21	
<b>F</b>	Seguro de Vida	0,76	
<b>Total</b>		<b>442,86</b>	

<b>Quadro Resumo - Módulo 2</b>		<b>ENC. E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS</b>	
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>2.1</b>	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	415,74	
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e outras contribuições	975,38	
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários	442,86	
<b>Total</b>		<b>1.833,98</b>	

<b>MÓDULO 3</b>		<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,55
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,61
<b>C</b>	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	3,47%	70,61
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado *	1,94%	39,48
<b>E</b>	Incidência do Submódulos 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	15,67
<b>F</b>	Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	10,79
<b>Total</b>		<b>7,16%</b>	<b>145,70</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.1</b>		<b>Ausências Legais</b>	
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Férias	1,620%	32,97
<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,820%	16,69
<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,020%	0,41
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,030%	0,61
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,070%	1,42
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Outras Ausências	0,000%	0,00
<b>Total</b>		<b>2,560%</b>	<b>52,09</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.2</b>		<b>Intrajornada</b>	
<b>4.2</b>	<b>Intrajornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Intervalo para repouso ou alimentação	0,000%	0,00

<b>Total</b>	<b>0,000%</b>	<b>0,00</b>
--------------	---------------	-------------

Quadro Resumo - Módulo 4		CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>4.1</b>	Ausências Legais	52,09
<b>4.2</b>	Intrajornada	0,00
<b>Total</b>		<b>52,09</b>

MÓDULO 5		INSUMOS DIVERSOS
<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Uniformes	32,65
<b>B</b>	Materiais	1.052,81
<b>C</b>	Equipamentos	111,74
<b>D</b>	Outros (EPI's e EPC's)	50,43
<b>Total</b>		<b>1.247,63</b>
<b>Nota</b>	<i>Valores mensais por empregado</i>	

MÓDULO 6		CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	
<b>5</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	122,00
<b>B</b>	Lucro	6,79%	284,42
<b>C</b>	Tributos		
	C.1 - Tributos Federais (COFINS)	7,60%	396,46
	C.1 - Tributos Federais (PIS)	1,65%	86,07
	C.3- Tributos Municipais (ISS)	5,00%	260,83
<b>Total dos Tributos</b>		<b>14,25%</b>	<b>743,36</b>
<b>Total</b>		<b>24,04%</b>	<b>1.149,77</b>
<b>Nota (1)</b>	<i>Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.</i>		
<b>Nota (2)</b>	<i>O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.</i>		
<b>Nota (3)</b>	<i>A alíquota dos Tributos municipais deve ser informada de acordo com a legislação do município onde será prestado o serviço</i>		

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		<b>R\$</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	2.034,96
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.833,98
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	145,70
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	52,09
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	1.247,63
<b>Subtotal (A+B+C+D+E)</b>		<b>5.314,37</b>
<b>F</b>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.149,77
<b>Valor Total por Empregado (R\$)</b>		<b>6.464,14</b>

\* A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. Deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual

PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha de Custos e Formação de Preços			
Processo		Licitação	
Data		Horário	
DADOS DO PROPONENTE			
Razão Social		CNPJ	
DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO			
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF		Natal/RN
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo		RN000083/2024
D	N° de meses de execução contratual		12
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Encarregado		Posto Mês	1

MÃO-DE-OBRA		
MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza e Conservação
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9922-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional (R\$)	1.683,33
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2024
Nota	Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.	

MÓDULO 1		COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário Base		1.683,33
B	Adicional de Periculosidade (risco de vida)		0,00
C	Adicional de Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
Total			1.683,33

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.1		13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	140,22
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	203,68
Total		20,43%	343,90

MÓDULO 2		ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	
Submódulo 2.2		GPS, FGTS e outras contribuições	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	405,45
B	Salário Educação	2,50%	50,68
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa)	6,00%	121,63

<b>D</b>	SESC ou SESI	1,50%	30,41
<b>E</b>	SENAI - SENAC	1,00%	20,27
<b>F</b>	SEBRAE	0,60%	12,16
<b>G</b>	INCRA	0,20%	4,05
<b>H</b>	FGTS	8,00%	162,18
<b>Total</b>		<b>39,80%</b>	<b>806,84</b>

<b>MÓDULO 2</b>		<b>ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>	
<b>Submódulo 2.3</b>		<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>A</b>	Transporte	133,00	
<b>B</b>	Auxílio-Refeição/Alimentação	181,64	
<b>C</b>	Benefício Social Familiar	15,00	
<b>D</b>	Auxílio-saúde	128,35	
<b>D</b>	Programa de Qualificação Profissional e Marketing PQM	5,21	
<b>F</b>	Seguro de Vida	0,76	
<b>Total</b>		<b>463,96</b>	

<b>Quadro Resumo - Módulo 2</b>		<b>ENC. E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>	
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
<b>2.1</b>	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	343,90	
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e outras contribuições	806,84	
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários	463,96	
<b>Total</b>		<b>1.614,70</b>	

<b>MÓDULO 3</b>		<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	7,07
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,50
<b>C</b>	Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	3,47%	58,41
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado *	1,94%	32,66
<b>E</b>	Incidência do Submódulos 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,77%	12,96
<b>F</b>	Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,53%	8,92
<b>Total</b>		<b>7,16%</b>	<b>120,53</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.1</b>		<b>Ausências Legais</b>	
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	27,27
<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,82%	13,80
<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,34
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	0,50
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	1,18
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Outras Ausências	0,00%	0,00
<b>Total</b>		<b>2,56%</b>	<b>43,09</b>

<b>MÓDULO 4</b>		<b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>	
<b>Submódulo 4.2</b>		<b>Intrajornada</b>	
<b>4.2</b>	<b>Intrajornada</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Intervalo para repouso ou alimentação	0,00%	0,00

<b>Total</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>
--------------	--------------	-------------

Quadro Resumo - Módulo 4		CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>4.1</b>	Ausências Legais	43,09
<b>4.2</b>	Intrajornada	0,00
<b>Total</b>		<b>43,09</b>

MÓDULO 5		INSUMOS DIVERSOS
<b>3</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Uniformes	32,65
<b>B</b>	Materiais	
<b>C</b>	Equipamentos	
<b>D</b>	Outros (EPI's e EPC's)	
<b>Total</b>		<b>32,65</b>
<b>Nota</b>	<i>Valores mensais por empregado</i>	

MÓDULO 6		CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	
<b>5</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos	3,00%	103,85
<b>B</b>	Lucro	6,79%	242,10
<b>C</b>	Tributos		
	C.1 - Tributos Federais (COFINS)	7,60%	337,47
	C.1 - Tributos Federais (PIS)	1,65%	73,27
	C.3- Tributos Municipais (ISS)	5,00%	222,02
<b>Total dos Tributos</b>		<b>14,25%</b>	<b>632,76</b>
<b>Total</b>		<b>24,04%</b>	<b>978,70</b>
<b>Nota (1)</b>	<i>Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.</i>		
<b>Nota (2)</b>	<i>O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.</i>		
<b>Nota (3)</b>	<i>A alíquota dos Tributos municipais deve ser informada de acordo com a legislação do município onde será prestado o serviço</i>		

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		<b>R\$</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.683,33
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.614,70
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	120,53
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	43,09
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	32,65
<b>Subtotal (A+B+C+D+E)</b>		<b>3.494,30</b>
<b>F</b>	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	978,70
<b>Valor Total por Empregado (R\$)</b>		<b>4.473,00</b>

\* A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. Deve-se atentar para as orientações da Nota Técnica nº 652/2017 - MP, que trata justamente sobre o cálculo das eventuais deduções a serem feitas a cada ano de execução contratual

**MATERIAIS**

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Ácido muriático 1000ml	368775	UND	10	R\$ 10,40	R\$ 104,00
2	Água sanitária, teor cloro ativo de 2 a 2,50%	310507	UND	720	R\$ 1,86	R\$ 1.339,20
3	Álcool gel 70% Galão 5l	269943	BOMBONA	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
4	Álcool Etílico Hidratado 70% frasco com 1000 ML - APRESENTAÇÃO LÍQUIDO	269943	UND	720	R\$ 10,53	R\$ 7.581,60
5	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO	407762	UND	2	R\$ 27,97	R\$ 55,94
6	Suporte Limpa Tudo / Minilock C/3 Fibras + Extensão 1,5mts	455249	UND	3	R\$ 74,16	R\$ 222,48
7	Ancinho reforçado curvo 14 dentes reforçado com cabo de madeira	452432	UND	6	R\$ 28,66	R\$ 171,96
8	Anti mofo (DESUMIDIFICADOR) fabricado em cristais de sílica (cloreto de cálcio) , tampa com furos para absorver a umidade. Disponível nas fragrâncias neutra, kids ou lavanda 200 gramas, aparelho + refil	391358	UND	60	R\$ 11,00	R\$ 660,00
9	Balde plástico de 20 litros, dimensões aproximadas de 35x34cm, com alça de ferro com batoque.	321573	UND	15	R\$ 16,04	R\$ 240,60



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
10	CABO ENXADA MATERIAL CABO:MADEIRA, COMPRIMENTO CABO:150 CM	380635	UND	10	R\$ 21,99	R\$ 219,90
11	ESTROVENGA CABO:MADEIRA, TRATAMENTO SUPERFICIAL:PINTURA EM VERNIZ TRANSPARENTE	441201	UND	2	R\$ 22,89	R\$ 45,78
12	Cera automotiva lata com 200g	17396	UND	1	R\$ 19,91	R\$ 19,91
13	Cesto p/ Lixo Telado de Plastico 10 Lts	236618	UND	10	R\$ 6,76	R\$ 67,60
14	Corda de Seda Poliéster Trançada 12mm x20metros	385481	UND	1	R\$ 70,00	R\$ 70,00
15	Cupinícida incolor aerosol, com mangueira, embalagem com 400ml.	348806	UND	12	R\$ 48,90	R\$ 586,80
16	Desentupidor de pia tipo sanfona, com cabo anatômico, aplicação: desentupir orifícios de pequeno e médio porte.	446101	UND	2	R\$ 8,99	R\$ 17,98
17	Desentupidor de vaso sanitário, com cabo longo	377639	UND	2	R\$ 16,55	R\$ 33,10
18	Desinfetante à base de quaternário de amônio, teor ativo em torno de 0,4%, bombona de 5 litros. Aplicação: desinfecção de pisos, paredes, bancadas de trabalho, equipamentos, utensílios, etc.	420084	BOMBONA	12	R\$ 62,00	R\$ 744,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
19	Desinfetante liquido 5lts (aromas variados) - Princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil + tensioativos - teor ativo em torno de 50% -forma física: solução aquosa , bombona com 5 litros. Registro junto a Anvisa. Diluição 1:20.	293351	BOMBONA	240	R\$ 19,99	R\$ 4.797,60
20	Detergente liquido neutro lava louça 500ml	283054	UND	240	R\$ 3,72	R\$ 892,80
21	Detergente alcalino clorado em gel de 5lts para piso de alta concentração - Produto neutro e desengordurante. Diluição 1:100. De alto poder sanitizante e desengordurante.	386806	BOMBONA	72	R\$ 25,00	R\$ 1.800,00
22	Detergente líquido para piso, específico para porcelanato, bombona com 5 litros	386806	BOMBONA	24	R\$ 61,38	R\$ 1.473,12
23	Detergente p/ lavagem de veículos concentrado, bombona com 5 litros	446182	UND	6	R\$ 27,00	R\$ 162,00
24	Disco de feltro, limpeza pesada, para enceradeira 350mm	30198	UND	5	R\$ 30,00	R\$ 150,00
25	Dispensador de sabonete líquido, de mesa, frasco em Pet de 500ml	385712	UND	12	R\$ 20,00	R\$ 240,00
26	Enxada canavieira em aço carbono 24 cm com cabo de madeira 150cm	321669	UND	1	R\$ 48,44	R\$ 48,44

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
27	Enxó com cabo 43cm	39543	UND	2	R\$ 57,93	R\$ 115,86
28	Escova de mão multiuso, com alça anatômica, dimensões 14,5 x 6 x 8,2 cm.	279310	UND	24	R\$ 5,00	R\$ 120,00
29	Espanador de Sisal com 30 cm	236909	UND	36	R\$ 16,80	R\$ 604,80
30	Esponja dupla face ação antibacteriano que não risca pacote com 3 unidades.	481020	PACOTE	120	R\$ 6,60	R\$ 792,00
31	Essência de aromas variados, com 100 ml (LAVANDA)	434597	UND	240	R\$ 9,37	R\$ 2.248,80
32	Estrovenga leve, com olho de 29 mm de diâmetro, pintura em verniz transparente sem cabo de madeira.	354950	UND	1	R\$ 31,26	R\$ 31,26
33	Facão tipo canavieiro	215184	UND	2	R\$ 36,79	R\$ 73,58
34	Filtro para o aspirador de pó. Sacos descartáveis de 20 a 25 litros, Kit 3 filtros	459839	PACOTE	4	R\$ 24,90	R\$ 99,60
35	Fio Nylon 3mm para roçadeira 15m	438123	UND	3	R\$ 23,70	R\$ 71,10
36	Flanela tamanho médio 40cmx50cm	319163	UND	360	R\$ 2,00	R\$ 720,00
37	Formicida para formiga isca granulada de ingestão	380116	KG	24	R\$ 18,23	R\$ 437,52
38	Herbicida para plantas daninhas	315457	LT	12	R\$ 21,50	R\$ 258,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
39	Inseticida aerosol, 400ml.	484679	UND	60	R\$ 10,63	R\$ 637,80
40	Limpador de vidro magnético	482448	UND	3	R\$ 34,64	R\$ 103,91
41	Limpador de vidros. Rodo limpa vidros telescópico, com cabo extensor de 3,10m, que pode ser reduzido a 1,25m. O rodo possui régua flanela para utilizar com água e detergente na sujeira da vidraça e régua de borracha para puxar a água e secar a vidraça.	30228	CJ	1	R\$ 131,16	R\$ 131,16
42	Lustra moveis frasco com 200ml	300944	UND	48	R\$ 4,95	R\$ 237,60
43	Mangueira de jardim, material PVC, ¾" com 50 m	455723	UND	2	R\$ 145,22	R\$ 290,43

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
44	Mop Líquido/Úmido - conjunto completo (- 01 unidade - Balde com capacidade para 20 Litros. - 01 unidade - Espremedor Lateral que pode ser utilizado com mops convencionais e, também com mops planos. - 01 unidade - Reservatório para água limpa com 8 Litros - 01 unidade -Cabo de alumínio extensível com 1,40 m - 01 unidade - Garra Euro Plástica - 02 unidades - Refis de algodão Crú - 300 gramas - 01 unidade - Placa Sinalizadora Compact - Piso Molhado) Referência BRALIMPIA KT20FAM	449784	CJ	2	R\$ 136,20	R\$ 272,39
45	Mop Pó - conjunto completo (cabo de alumínio + armação + refil 60 cm). Confeccionado em microfibra com cabo extensor em alumínio.	415215	CJ	2	R\$ 85,51	R\$ 171,02
46	Mop Pó refil 60 cm	450517	UND	4	R\$ 34,89	R\$ 139,56
47	Mop Úmido/Líquido - refil da cabeleira na cor azul algodão Crú - 300 gramas	449784	UND	4	R\$ 20,30	R\$ 81,20

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
48	Odorizador de ambiente em aerossol, 360ml	422204	UND	120	R\$ 17,05	R\$ 2.046,00
49	Pá coletora de lixo com tampa, dobrável, cabo 80 cm	477057	UND	4	R\$ 34,33	R\$ 137,32
50	PANO DE CHÃO ALVEJADO TIPO A, MEDIDAS 50X70CM, material 100% algodão	481028	UND	360	R\$ 6,75	R\$ 2.430,00
51	PANO DE PRATO CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, ATOALHADO LISO, COM BAINHA, MEDINDO 40 X 63CM	433338	UND	96	R\$ 5,25	R\$ 504,00
52	Pano multiuso tipo perfex - rolo com 300m picotado	440600	UND	2	R\$ 176,87	R\$ 353,74
53	Papel higiênico duplo de 1ª qualidade, branco, picotado, macio, fardo com 64 rolos de 30 m.registrado junto ao	443004	FARDO	72	R\$ 103,33	R\$ 7.439,40
54	Papel Higiênico em Rolo, folha simples - 300m, branco extra luxo, fabricado com 100% celulose virgem, alta qualidade, embalado em caixa de papelão com 8 rolos de 300m, com 2400 metros. Extrato de	227864	FARDO	192	R\$ 57,44	R\$ 11.028,48

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
55	Papel toalha branco de 1ª qualidade, com alto poder de absorção, interfolhado, 23x21cm (aproximadamente), com duas dobras, fardo com 1000 folhas, separados em pacotes de 250 folhas. 100% celulose virgem.	436328	FARDO	1440	R\$ 18,75	R\$ 27.000,00
56	FIBRAS DE LIMPEZA GERAL (PARA USO DE MINI LOC, COM TAMANHO COMPATIVEL AO KIT FORNECIDO), VERDE 10 UND	422385	UND	30	R\$ 20,60	R\$ 618,00
57	Pastilha sanitária adesiva (aromas variados) com 3 unidades	465064	PACOTE	300	R\$ 8,06	R\$ 2.418,00
58	Revitalizador de plásticos, embalagem com 100g	250933	UND	12	R\$ 22,00	R\$ 264,00
59	Roda em aço com rolamento e pneu sólido em poliuretano, 3-3,25X8, capacidade 80kg, referência similar ao modelo LotusFlex	481630	UND	10	R\$ 132,50	R\$ 1.325,00
60	Rodo metálico reforçado 60cm cabo e suporte de alumínio	449824	UND	5	R\$ 35,45	R\$ 177,25
61	Sabão em barra glicerinado, pacote com 5 barras de 200g	298406	PACOTE	60	R\$ 10,33	R\$ 619,80
62	Sabão em pó granulado mult-ação, com 1kg	436764	KG	120	R\$ 16,94	R\$ 2.032,20

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
63	Sabonete líquido concentrado neutro, antisséptico, para as mãos, perfumado.	472873	BOMBONA	144	R\$ 54,29	R\$ 7.817,76
64	Saco plástico p/ lixo 40 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	458145	PACOTE	120	R\$ 39,13	R\$ 4.695,60
65	Saco plástico p/ lixo 60 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	470832	PACOTE	120	R\$ 51,50	R\$ 6.180,00
66	Saco plástico p/ lixo 100 litros - PACOTE COM 100 SACOS. Dimensões 80 x 90 cm ou 75x105cm. Reforçado - Espessura 0.10 micras.	470832	PACOTE	120	R\$ 56,00	R\$ 6.720,00
67	Saco plástico p/ lixo 200 litros pct com 100 sacos reforçado classe 1- tipo E - super resistente	481090	PACOTE	120	R\$ 60,00	R\$ 7.200,00
68	Saponáceo cremoso com partículas polidoras 300ml	397907	UND	12	R\$ 8,00	R\$ 96,00
69	Solução limpador multiuso para limpeza geral para pronto uso, capaz de remover gorduras e sujeiras em superfícies rígidas (500ml)	289840	UND	480	R\$ 5,43	R\$ 2.606,40
70	Vaselina líquida para uso geral, embalagem de 1000ml	421259	UND	5	R\$ 26,36	R\$ 131,80



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
71	Vassoura de piaçava padrão 4 com cabo e capa plástica	469862	UND	60	R\$ 20,59	R\$ 1.235,40
72	Vassoura Nylon 30cm Cabo de Madeira Plastificado com altura de 1,20m	466615	UND	48	R\$ 17,39	R\$ 834,72
73	FIBRAS DE LIMPEZA GERAL (PARA USO DE MINI LOC, COM TAMANHO COMPATIVEL AO KIT FORNECIDO), BRANCA 10 UND	422385	UND	30	R\$ 20,60	R\$ 618,00
74	Vassourão piaçava, cabo e cepa em madeira, 40 cm, tipo gari	318938	UND	4	R\$ 22,71	R\$ 90,84
75	Vassourinha/escova para limpeza de aparelho sanitário com suporte	331870	UND	5	R\$ 7,00	R\$ 35,00
TOTAL (R\$)						R\$ 126.337,10

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Avental de proteção em PVC. Com forro em poliéster no lado interno do avental. Com tiras do mesmo material. Modelo frontal. Ergonômico. Contra riscos de umidade no manuseio de água e respingos de produtos químicos. Possuindo Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego	335478	UND	12	R\$ 20,50	R\$ 246,00
2	Calçado de segurança sem biqueira de aço, confeccionado em vaqueta, sola de borracha, dorso acolchoado, palmilha antibacteriana, na cor preta, com Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.	468656	PAR	20	R\$ 47,20	R\$ 944,00
3	Calçado tipo bota confeccionada em PVC com forro em poliéster. Impermeável, toda fechada. Cano médio. Sem bico de aço. Solado antiderrapante. Indicada para uso em limpeza de áreas úmidas. Cor branca.	464769	PAR	4	R\$ 42,80	R\$ 171,20
4	Capa de segurança contra chuva. Capa de segurança contra chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, impermeável, mangas longas, capuz, cor amarela, fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão, costuras através de solda eletrônica. Indicado para proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água e contra agentes meteorológicos. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	450863	UND	2	R\$ 17,00	R\$ 34,00
5	Capacete de segurança com aba frontal - Tipo II e Classe B. Capacete de segurança com sistema de suspensão e jugular; Com aba Frontal (Tipo II); Indicado para proteção contra impactos de objetos sobre a cabeça e isolamento elétrico (Classe B); Casco fabricado por injeção em material plástico; Com sistema de suspensão em polietileno de baixa densidade; Jugular com 2 pontos de ancoragem com fitas antialérgicas fabricadas em poliamida; Reguladores e fivela em Nylon, proporcionam um perfeito ajuste da jugular; Tiras absorventes de suor; Tratamento UV para proteger a cor dos capacete; Cor a definir; Ajuste de tamanho feito por meio de catraca giratória; Conjunto de suspensão de fácil remoção para higienização ou substituição; Slot para encaixe de protetores faciais e auditivos; Sistema de suspensão com espaço de folga entre o casco e a testeira possibilitando a circulação de ar e oferecendo maior conforto ao usuário; Espaço existente entre o casco e o topo da cabeça, conforme determina norma técnica, proporciona maior segurança no caso de ocorrer um impacto; Conjunto de suspensão podendo ser vendido separadamente para substituição, quanto necessário. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.	468649	UND	4	R\$ 17,99	R\$ 71,96
6	Chapéu australiano com protetor de nuca e cordão de ajuste, confeccionado em poliéster.	126497	UND	4	R\$ 29,09	R\$ 116,36

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
7	Cinto de segurança tipo paraquedista. Cinturão paraquedista e abdominal com 5 pontos de ancoragem, confeccionado em fita de poliéster, possui elementos de engate peitoral para suspensão, resgate e retenção de queda em fita de poliéster, dorsal em argola em D de aço para retenção de queda, possui elemento de engate de posicionamento na cintura, sendo dois laterais em argola em D de aço, possui alças nos ombros em poliéster para resgate, possui três fivelas em aço para regulagem peitoral, duas fivelas em aço para regulagem nas coxas e uma fivela em aço para regulagem na cintura, com almofada na cintura para proteção lombar, possui alças para porta ferramentas. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. Observação: O conjunto de EPI formado por cinturão de segurança, talabarte de segurança e dispositivo trava queda devem ser compatíveis e do mesmo fabricante de acordo com requisitos normativos do INMETRO.	485913	UND	1	R\$ 160,00	R\$ 160,00
8	Corda de nylon 12mm para linha de vida. Corda trançada de poliamida (nylon) de 12mm, constituída em trançado triplo e alma central, trançado externo em multifilamento de poliamida, trançado intermediário e o alerta visual de cor amarela em multifilamento de poliamida na cor amarela com o mínimo de 50% de identificação, carga de ruptura mínima 20 KN, cor branco. Marcação com fita inserida no interior do trançado interno gravado NR 18.16.5 ISO 1140 1990 e fabricante com CNPJ. Conforme especificações da Norma Regulamentadora (NR-18). Indicado para uso específico em cadeiras suspensas e cabo guia de segurança para fixação de trava quedas. 100 m.	259666	UND	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
9	Creme protetor solar com formulação resistente em forma de loção cremosa, testada dermatologicamente para proteção da pele em pelo menos 30 vezes mais do que se não tivesse sido aplicado (FPS 30), contra queimaduras ocasionadas pela exposição às radiações UVA/UVB, provenientes do sol e equipamentos. frasco 120ml	405875	UND	8	R\$ 19,97	R\$ 159,76
10	Dispositivo trava quedas para corda com absorvedor de energia. Equipamento confeccionado em aço inox. Para deslocamentos verticais utilizando corda de segurança de 12mm de diâmetro, com absorvedor de impacto, conforme NBR14626. O equipamento desliza acompanhando o trabalhador em ascensões e descensões, travando automaticamente em caso de queda. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.	483846	UND	2	R\$ 129,90	R\$ 259,80

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
11	Fita de ancoragem com argolas. Fita de ancoragem plana confeccionada em material sintético (poliéster) de alta tenacidade, 100 mm de comprimento. A fita de ancoragem possui duas argolas (anéis) de aço em formato "D" de tamanhos diferentes (argolas passantes), com tratamento de superfície contra corrosão, costuradas em ambas as extremidades. As costuras são confeccionadas em cores contrastantes às da fita par facilitar a visualização e inspeção. A fita funciona como um conector de ancoragem em um sistema provisório de proteção contra quedas. Projetada para ser enrolada em volta de uma estrutura de ancoragem de capacidade suficiente. Carga de ruptura mínima de 22 kN. Proporciona facilidade de operação e deslocamento do trabalhador. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO.	485803	UND	2	R\$ 108,00	R\$ 216,00
12	Luva de borracha nitrílica, Luva de borracha nitrílica indicada para proteção das mãos e antebraços contra produtos químicos, punho reto com 33cm, com forro de algodão, com certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Tamanhos P, M, G e GG.	375711	PAR	60	R\$ 11,88	R\$ 712,80
13	Luva borracha, material:látex natural, cor:amarela, características adicionais:antederrapante. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego. Tamanhos P, M, G e GG	481070	PAR	150	R\$ 2,49	R\$ 373,50
14	Luva de segurança confeccionada em quatro fios de algodão tricotadas em uma só peça, tamanho único, palma com pigmento PVC, punho com elástico, acabamento em overloque, luva para proteção contra agentes mecânicos.	355664	PAR	80	R\$ 3,70	R\$ 296,00
15	Luva de segurança confeccionada em raspa indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, com tira de reforço externo em raspa entre o polegar e o indicador, reforço interno na palma e face palmar dos dedos.	262935	PAR	40	R\$ 10,59	R\$ 423,60
16	Luva de segurança para coleta de lixo confeccionada em fibras naturais e punho de malha costurado, totalmente revestida em policloreto de vinila (PVC) liso na face palmar, ponta dos dedos e dorso. Indicada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.	438323	PAR	20	R\$ 9,80	R\$ 196,00
17	Manga em tecido para proteção do braço e antebraço. Manga em tecido para proteção do braço contra os efeitos da radiação solar, confeccionada em poliamida e elastano. Proteção UV, com fator de proteção FP50+, adequada para exposição a radiação solar. Modelo manga longa, maleável, leve, resistente e flexível. Secagem rápida de transpiração.	481354	PAR	4	R\$ 29,90	R\$ 119,60
18	Máscara descartável filtrante, classe PFF1, sem válvula de exalação, cor externa azul, modelo dobrável. Confeccionado em quatro camadas, sendo: camada externa de fibra sintética de polipropileno; camada meio de fibras sintética estrutural; camada filtrante de fibra sintética com tratamento eletrostático e camada interna de fibra sintética de contato facial. Com tirantes de cabeça de elástico para sustentação da peça facial e tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unid.	486881	UND	50	R\$ 2,09	R\$ 104,50

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
19	Máscara descartável filtrante, classe PFF2 VO, tipo filtro químico de baixa capacidade, cor externa azulada, modelo dobrável, com solda térmica em todo seu perímetro, confeccionado com manta sintética e camada de carvão ativado. Indicado para proteção das vias respiratória do usuário contra aerodispersóides (partículas) gerados mecanicamente (poeiras e névoas), termicamente (fumos) e odores de vapores orgânicos em baixa concentração presentes no ambiente, formato dobrável, válvula de exalação, tiras de elástico sobre presilhas plásticas onde é possível ajustar a pressão do respirador sobre o rosto, e um clip metálico para selagem sobre o septo nasal, possuindo Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.	486889	UND	50	R\$ 2,00	R\$ 100,00
20	Mosquetão em aço. Mosquetão, fabricado em aço, utilizado para ancoragem em cintos, trava quedas, talabartes, entre outros. Equipamento com fechamento em trava dupla por sistema automático do gatilho e rosca manual que impede abertura durante o uso, com abertura de 20mm, formato oval, carga de ruptura de 25kN.	486349	UND	2	R\$ 21,48	R\$ 42,96
21	Óculos de ampla visão para proteção contra respingos de produtos químicos.	298060	UND	20	R\$ 5,40	R\$ 108,00
22	Óculos de proteção para sobrepor. Possui lente de proteção em policarbonato com tratamento anti-risco, antiembaçante, protetor nasal injetados do mesmo material e haste vazada tipo espátula. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Aplicação: Utilização com sobreposição, para proteção de usuário que utiliza de óculos de grau.	221270	UND	2	R\$ 15,36	R\$ 30,72
23	Óculos de segurança com lentes de policarbonato de alta transparência; anti-risco; anti-embaçante; hastes com sistema de regulagem de ângulo e comprimento; hastes com extremidades flexíveis, possuindo Certificado de Aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego. Transparentes	399611	UND	5	R\$ 9,47	R\$ 47,35
24	Placa de sinalização de segurança produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, dobrável, na cor amarela, dimensões mínimas 69cmX30cm, com informação para advertência de atenção sobre "CUIDADO - PISO MOLHADO" para uso em áreas internas ou externas.	486704	UND	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00
25	Protetor auditivo do tipo inserção, confeccionado em silicone, pré-moldado, no formato cônico com três flanges concêntrico, de diâmetro variáveis, contendo um orifício em seu interior. Atenuação: 18 dB. Tamanho único com cordão e caixa plástica. Certificado de aprovação do Ministério do Trabalho. Marca de referência: 3M.	337283	UND	20	R\$ 1,90	R\$ 38,00
26	Protetor auditivo tipo concha. Protetor auditivo circum-auricular tipo concha; possui espuma na parte superior da haste; pressão da haste ajustável; altura da concha ajustável; nível de redução de ruído Nrr igual ou superior a 21 dBA. Certificado de aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego	485383	UND	3	R\$ 46,00	R\$ 138,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
27	<p>Talabarte de segurança duplo com absorvedor de energia.</p> <p>Talabarte de segurança duplo em forma de "y", confeccionado em fita de poliéster. Na extremidade inferior do "y" absorvedor de energia, confeccionado em cadarço de material sintético poliéster e neste um mosquetão com trava tripla de segurança, fixado através de olhal confeccionado com a própria fita e fechado com costura reforçada. Nas extremidades superior do "y", dois mosquetões de segurança, formato gancho com dupla trava de segurança em aço galvanizado, fixado através de olhal confeccionado com a própria fita e fechado com costura reforçada. Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO. Indicado para proteção do usuário contra riscos de quedas nos trabalhos em altura.</p> <p>Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>	430333	UND	1	R\$ 152,84	R\$ 152,84
28	<p>Óculos de segurança com lentes de policarbonato de alta transparência; anti-risco; anti-embaçante; hastes com sistema de regulagem de ângulo e comprimento; hastes com extremidades flexíveis, possuindo Certificado de Aprovação - CA do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>Transparentes, escuros.</p>	399611	UND	5	R\$ 7,63	R\$ 38,15
TOTAL (R\$)						R\$ 6.051,10

## EQUIPAMENTOS

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Aspirador de pó e líquidos, 20L 1400W. Potência: 1400W. Tensão: 220v. Capacidade do Recipiente: 20L. Motor: 1 estágio. Mangueira: 1,5m. Cabo elétrico: 5m. Itens inclusos: bocal de sopro, cabo elétrico de 5 metros, aspira sólidos e líquidos, utiliza 3 filtros (filtro de papel, filtro pano, filtro permanente), possui rodas, alças e bóia de água, porta-acessórios. Marca/modelo de referência: Wap/GT Profi ou similar ou superior.	448227	UND	1	R\$ 535,00	R\$ 535,00
2	Carro coletor de lixo com capacidade de 240 litros. Contêiner injetado em plástico polietileno de alta densidade (PEAD) e aditivado com proteção UV. Um par de rodas de "8" (200mm) confeccionadas em borracha maciça. Eixo das rodas elaborado em aço carbono 1020 galvanizado.	473476	UND	1	R\$ 433,85	R\$ 433,85

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
3	<p>Carro carga usado para transporte de cargas em geral do tipo plataforma de 1500 x 800 mm, Capacidade de Carga de 600 Kg. a. Cabo em T para manobras com freio. Estrutura Metálica em Aço Carbono. Soldagem pelo processo: MIG/MAG. Pintura a Pó Eletrostática. Assoalho Metálico. Medida da Plataforma: 1500 x 800 mm. Altura da Plataforma: 400 mm. Altura do Cabo: 1000 mm. Roda em aço com rolamento tipo rolimã e pneu sólido em poliuretano, 3-3,25X8.</p>	602777	UND	1	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
4	<p>Carro para transporte de carga 200Kg é ideal para mover cargas pesadas, design compacto com construção reforçada em aço, alças de plástico que fornecem melhor aderência e incluem proteção para mão, rodas com pneus sólidos em poliuretano.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tamanho da base de pé 240 x 360 mm</li> <li>- Tamanho total 520 x 1180 x 530 mm</li> <li>- Diâmetro da roda pneumática 260 mm.</li> </ul>	444717	UND	1	R\$ 410,40	R\$ 410,40



Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
5	Carro funcional para limpeza 50L. Acompanha: 01 Carro Funcional com bolsa vinil + 01 (um) Conj. Espremedor Doblô 50 litros, c/ 02 baldes de 25 l cada + 01 (um) Conjunto Mop Líquido (01 Cabo em Alumínio + 01 Haste + 01 Refil Mop Líquido 320 g) + 01 (uma) Placa de Sinalização Piso Molhado + 01 (uma) Pá Coletora Pop + 01 (um) Conjunto Mop Pó (01 Cabo em Alumínio + 01 Armação + 01 Refil Mop Pó 60 cm). Medidas: 116 cm comprimento x 57 cm largura x 100 cm altura, peso aproximado 18 k.	330346	UND	3	R\$ 1.283,60	R\$ 3.850,80
6	MAQUINA ENCERADEIRA INDUSTRIAL PARA LAVAGEM DE PISO	441196	UND	1	R\$ 2.024,99	R\$ 2.024,99
7	Ferro de passar roupa 1200W 220v	317246	UND	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
8	Lavadora de alta pressão (tipo lava jato) (sob demanda)	462874	UND	1	R\$ 1.239,99	R\$ 1.239,99
9	Máquina de lavar roupa 220V com no mínimo 12kg de capacidade de lavagem; com ciclo de água quente, abertura superior	325146	UND	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
10	Roçadeira Lateral a Gasolina , 2,2 HP de potência, 55 cc, 13.000 RPM de rotação	344166	UND	1	R\$ 1.104,35	R\$ 1.104,35
TOTAL (R\$)						R\$ 4.454,34

**UNIFORMES**

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Camisa ou camisetas, em algodão, manga curta com a logomarca da empresa.	467387	und	4	R\$ 32,72	R\$ 130,88
2	Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine.	477076	und	4	R\$ 51,10	R\$ 204,40
3	Meias, padrão esporte, tecido Algodão	485781	par	4	R\$ 12,00	R\$ 48,00
4	Crachá de identificação com Foto	439776	und	1	R\$ 8,50	R\$ 8,50
TOTAL (R\$)						R\$ 391,78

# SEGURO DE VIDA

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT /CATSER	Unidade de Medida	Quantidade de Total (anual)	Valor Máximo Aceitável (R\$)	Valor Total
1	Camisa ou camisas, em algodão, manga curta com a logomarca da empresa.	13943	und	11	R\$ 0,76	R\$ 8,36
VALOR (R\$)						R\$ 8,36

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RN000083/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 06/03/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR010467/2024  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19980.223455/2024-19  
**DATA DO PROTOCOLO:** 04/03/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA PUBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, CNPJ n. 40.756.462/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDMILSON PEREIRA DE ASSIS;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVACAO, HIGIENIZACAO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-SINDLIMP, CNPJ n. 24.192.916/0001-59, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) de **asseio, conservação, higienização, limpeza; trabalhadores em empresa de Asseio e Conservação e Higiene; Prestação de serviços a terceiros de Limpeza e Conservação Ambiental; Limpeza de Fachadas; Dedetização; Lavagem de carpetes, Jardinagem e Paisagismo**, com abrangência territorial em RN.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL FUNCIONAL**

A partir de 1º de janeiro de 2024, ficam assegurados aos trabalhadores os seguintes Pisos Salariais:

GRUPO I – para os que exercem SERVIÇOS BÁSICOS, compreendendo as funções de AGENTE DELIMPEZA, AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, ZELADORES, SERVENTES, AGENTE DE LIMPEZA DE ÁREAS VERDES (AMBIENTAL), AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR, LAVADOR DE CARRO, SERVENTE DE LIMPEZA, OPERADOR DE ILUMINAÇÃO, AUXILIAR DE JARDINAGEM, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO EM GERAL, SERVENTE DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR, AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO PREDIAL, MAQUEIRO, CUMIM, AUXILIAR DE COZINHA, BILHETEIRO (vendedor de passagens), AUXILIAR DE PEDREIRO, VENDEDOR, MENSAGEIRO, CARREGADOR, AUXILIAR DE LAVANDERIA, ROUPEIRO, LEITURISTA, AUXILIAR DE LIMPEZA, AUXILIAR DE INDÚSTRIA, AUXILIAR DE CARGA E DESCARGA E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.470,16 (um mil quatrocentos e setenta reais e dezesseis centavos).

GRUPO II – GRUPO ESPECIAL E INSALUBRE-PERICULOSIDADE para os que exercem as funções de AGENTE DE LIMPEZA HOSPITALAR, AGENTE DE LIMPEZA INDUSTRIAL, AGENTE DE LIMPEZA DE DESINFECÇÃO, DETETIZADOR, PASSADOR OU PASSADEIRA, AJUDANTE DE ROTA, AUXILIAR

DEELETRICIDADE, MERENDEIRO(A) DESPENSEIRO LAVANDEIRO(A), OPERADOR DEMONITORAMENTO, AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO E DESPOLUIÇÃO DE LAGOAS E FUNÇÕES CONGÊNERES fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.495,64 (Hum mil quatrocentos e noventa e cincoreais e sessenta e quatro centavos).

GRUPO III – para os que exercem SERVIÇOS AUXILIARES, compreendendo as funções de ENCARREGADOS DE TURMA, ASCENSORISTAS, CONTÍNUOS, COPEIRO(A), ARMAZENISTA, CALCETEIRO, PORTEIROS DESARMADOS, AGENTE TÁTICO MÓVEL - ATM, JARDINEIROS, OPERADORES DE MÁQUINAS COPIADORAS, AUXILIAR OPERACIONAL DE PLATAFORMA, AUXILIAR DE GESTÃO, CAPTADOR, PROMOTOR DE VENDAS, DEMONSTRADOR, REPOSITOR, AUXILIAR ARQUIVISTA, GUARDIÃO DE PISCINA, AUXILIAR DE MANUNTEÇÃO, AUXILIAR DE LABORATÓRIO, OPERACIONAL, MECÂNICO DE MANUTENÇÃO, RECEPCIONISTAS, GARÇOM, AMAREIRO(A), OPERADOR DE MÁQUINAS, CONTROLADOR DE ACESSO, INSPETOR DE GUARDA FLORESTAL E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 1.683,33 (hum mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

GRUPO IV – para os que exercem SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, compreendendo as funções de ADMINISTRADORES, AGENTE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, ALMOXARIFES, ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIADO, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL, AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, BOMBEIRO HIDRÁULICO, COZINHEIRO, CARPINTEIRO, PINTOR, PEDREIRO, ELETRICISTA, ASSISTENTE DE GESTÃO, TÁRME (TELEFONISTA AUXILIAR DEREGULAMENTAÇÃO MÉDICA), OPERADOR DE RÁDIO, ENCARREGADO OPERACIONAL, RECEPCIONISTA BILÍNGUE, MOTORISTAS, TRATORISTA, MOTORISTA DE CAMINHÃO, MONTADOR DE ANDAIME, OPERADORES DE TELEX, TELEFONISTAS, RESPONSÁVEL DE REPAROS DE ROUPARIA, SUPERVISORES, TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO, TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO I, ATENDENTE COMERCIAL, TÉCNICO ELETROTÉCNICO, ELETRÔNICO E CONTÁBIL, CLASSIFICADOR DE MATERIAIS, SUPRIDOR DE MATERIAIS, ORIENTADOR TURÍSTICO, SOLDADOR E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 2.184,27 (dois mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos).

GRUPO V – ESPECIAL I, para os que exercem SERVIÇOS DE OPERADOR DE FROTA, INTERPRETE E TRADUTOR DE LIBRAS E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso salarial de R\$ 2.772,92 (dois mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos).

GRUPO VI - ESPECIAL II, para os que exercem SERVIÇOS DE ELETROTÉCNICO (PERICULOSIDADE), TÉCNICO EM SECRETARIADO NÍVEL SUPERIOR, ARQUIVISTA E FUNÇÕES CONGÊNERES, fica estipulado o Piso Salarial de R\$ 3.916,17 (três mil novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

Parágrafo Primeiro: Aos empregados que já recebem salários superiores aos estabelecidos nos Grupos de funções prevista neste caput, terão seus salários, reajustado em 8% (oito por cento).

Parágrafo Segundo: Havendo mudança na atual política salarial, através de Lei ou Medida Provisória, será aplicada aos integrantes da categoria profissional, a norma mais benéfica e a condição mais favorável.

Parágrafo Terceiro: As Funções não específicas das Atividades de Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza, citadas neste Caput, deverão obedecer a preponderância do contrato de prestação de serviços.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL**

Em 1º de janeiro de 2024, os salários dos integrantes da categoria profissional dos empregados em empresas de asseio, conservação, higienização e limpeza; trabalhadores em empresas de Asseio e Conservação; Higiene; Prestação de Serviços a terceiros de Limpeza e Conservação Ambiental; Limpeza de Fachadas; Dedetização; Lavagem de Carpetes; limpeza hospitalar e industrial, abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive os que integram estas categorias por atividades congêneres, na base territorial do Rio Grande do Norte, serão reajustados da seguinte forma: O salário do Grupo I passará de R\$ 1.470,16 (hum mil quatrocentos e setenta reais e dezesseis centavos); o Grupo II passará R\$ 1.495,64 (Hum mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e quatro centavos); o Grupo III R\$ 1.683,33 (hum mil seiscentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos); o Grupo IV passará R\$ 2.184,27 (dois mil cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos); o Grupo V passará a

R\$2.772,92 (dois mil setecentos e setenta e dois reais e noventa e dois centavos); O Grupo VI passará aR\$ 3.916,17 (três mil novecentos e dezesseis reais e dezessete centavos).

Parágrafo Primeiro: O índice a ser utilizado para reajustar as cláusulas econômicas na vigência do ano de2024 e vale alimentação, será o percentual de 8% (oito por cento).

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Os empregadores se obrigam a efetuar o pagamento dos salários de todos os seus empregados, até oquinto dia útil do mês subsequente, conforme legislação em vigor. Em ocasionando que o quinto dia útil domês subsequente ocorra em sábados, domingos ou feriados, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro diaútil seguinte.

Parágrafo primeiro - Havendo paralisação ocasionada por atraso de pagamento de salário ou ValeAlimentação, os respectivos dias parados não serão descontados.

Parágrafo segundo: No caso de atraso do pagamento de salários as empresas deverão justificar 24 horasantes do feito, sob pena de aplicação de multa convencional

### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

Fica estabelecido entre as partes que as empresas ficam obrigadas a disponibilizar em até 24 (vinte equatro horas antes) antes do pagamento, os contracheques compondo todas as verbas discriminadas via sistema eletrônico ou impresso.

Parágrafo Único: Na falta de assinatura dos contracheques pelo funcionário, a empresa poderá apresentaros comprovantes de pagamento bancário, para fins de comprovação em uma possível fiscalização.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS EM CONTRACHEQUES**

As empresas obrigam-se, a partir desta data, a proceder aos descontos em folha de pagamento, desde que haja autorização prévia e expressa do empregado, das compras feitas por associados do Sindlimp/RN, enfarmácias ou estabelecimentos comerciais conveniados com este sindicato.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

O décimo terceiro salário será pago em duas parcelas, sendo a primeira entre os meses de fevereiro enovembro de cada ano, e a segunda até o dia 20 de dezembro, do ano corrente ou em parcela única, no dia 20 de dezembro, do ano em curso.

## **GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

### **CLÁUSULA NONA - TRABALHO EMBARCADO**

Os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, que prestam serviços de asseio, conservação, higienização e limpeza, em empresas de exploração, perfuração, produção, refinação e transporte de petróleo e seus derivados, terão ainda os seguintes benefícios: Periculosidade de 30% (trinta por cento); Sobreaviso de 20% (vinte por cento) e Hora de Repouso e Alimentação (HRA) de 15% (quinze por cento), calculado sobre o salário base.

## **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL HORA EXTRA**

A jornada extraordinária de trabalho será remunerada com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal. Quando exceder o limite legal previsto na legislação trabalhista, ou seja, da terceira hora suplementar em diante, o adicional será de 120% (cento e vinte por cento) do valor da hora normal.

Parágrafo único: Todo trabalho executado extraordinariamente aos domingos e feriados civis e religiosos, será acrescido com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho executado em horário noturno, entre às 22:00 e 05:00 horas, será pago acrescido do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal de trabalho.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL INSALUBRIDADE**

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais (PISO I) que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva.

Parágrafo Primeiro: Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha no mínimo 05 (cinco) vasos sanitários por banheiro.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores que efetuam serviço de limpeza em banheiros que possuam quantidade inferior a 5 (cinco) vasos sanitários por banheiro também farão jus ao adicional de insalubridade de 40%, quando esse benefício for constatado em laudo pericial a cargo do perito do Ministério do Trabalho, facultando as partes a indicação de assistente técnico.

Parágrafo Terceiro: Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas reguladoras e na sua ausência será constatado mediante laudo pericial.

Parágrafo Quarto: Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier.

Parágrafo Quinto: Os funcionários que exerçam a função em banheiros públicos e de grande circulação, serão identificados de forma diferenciada.

## **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**



O adicional de periculosidade, quando não definidos por lei, será pago por constatação em laudo pericial acargo do perito do Ministério do Trabalho, facultado às partes à indicação de assistente, independente de quem haja requerido a perícia.

Parágrafo único: Fica estabelecido um adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) para o motorista de caminhão munck; montador de andaime, orientador turístico, motorista-socorrista e o eletrotécnico.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE ALIMENTAÇÃO**

A fim de suprir partes das necessidades nutricionais de seus trabalhadores, as empresas, a partir de 1º de janeiro de 2023, obedecerá a Lei nº 6.321/76, que criou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), fornecendo aos seus empregados, um vale alimentação, no valor total de R\$ 227,05 (duzentos e vinte e sete reais e cinco centavos) mensal, com contrapartida de até 20% (vinte por cento), devendo ser pago até o 15º dia do mês.

Parágrafo Primeiro: Terão direito a receber o vale alimentação, os empregados enquadrados no Grupo I – Serviços básicos, e todos os Encarregados de Turma, Merendeiras e Jardineiros, que estão exercendo efetivamente a atividade.

Parágrafo Segundo: Fica facultado as empresas do pagamento do auxílio alimentação ora instituído em: Ticket Alimentação e/ou Ticket Refeição, exclusivamente em vales ou cartão magnético, em pecúnia ou ainda, cesta básica contendo os seguintes itens: 7 kg de arroz; 7kg açúcar; 7kg feijões; 10 pacotes de flocões de milho; 4 pacotes de macarrões; 1kg de sal; 1kg de farinha de mandioca; 1 pacote de biscoito do tipo cream craker; 2 óleos 900ml; 1 frasco de tempero completo; 2 pacotes café 250g; 1 tablete de doce; 1rapadura e 1 pacote de colorau.

Parágrafo Terceiro: A modalidade de vale alimentação da forma de cesta básica fica condicionada a não revogação do Decreto Nº 10.854/21 até 28 de fevereiro de 2023. Caso seja revogado, o vale alimentação deverá ser concedido em Ticket Alimentação, exclusivamente em vales ou cartão magnético ou ainda em pecúnia.

Parágrafo Quarto: Em caso de descumprimento da cesta básica da modalidade acima descrita, na falta de itens obrigatórios ensejará multa correspondente a 20 (vinte) salários mínimos vigentes.

Parágrafo Quinto: O auxílio alimentação em nenhuma hipótese integrará o salário contratual, não computando-se nas férias, décimo terceiro salário, horas-extras, gratificações, adicionais entre outros prêmios/verbas pagos pelo empregador, inclusive nas verbas rescisórias.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE GRATUITO**

Sempre que a atividade do empregado se desenvolver em locais onde não circulem transportes coletivos, ou quando for concluída ou cessada a circulação dos mesmos, o empregador colocará à sua disposição meio eficaz de locomoção.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE-TRANSPORTE/AUXÍLIO TRANSPORTE**

Os empregadores obrigam-se a fornecer a quantia mínima de 52 (cinquenta e dois) vales-transportes paratodos os trabalhadores e para os demais, que comprovadamente necessitem de maior quantia, será aplicado a legislação em vigor, podendo descontar dos empregados o valor gasto, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do salário-base.

**Parágrafo Primeiro:** Os empregadores obrigam-se a fornecer a quantidade necessária de vales transportes aos trabalhadores que morem nas cidades de Natal, Parnamirim, São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz e Ceará Mirim, com a distribuição dos respectivos vales no mesmo período citado no caput desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo:** No ato da contratação do empregado, a empresa se obriga a fornecer o formulário de solicitação do vale transporte, recolhendo-o, no prazo de 48 horas, devidamente preenchido, ainda que com a negativa do trabalhador da necessidade de uso desse benefício acompanhado da sua justificativa, devendo obrigatoriamente manter em seus arquivos todos os formulários de empregados e ex empregados.

**Parágrafo Terceiro:** As Empresas fornecerão os vales-transportes aos empregados ou então o dinheiro a este correspondente, tendo em vista as dificuldades com a sua compra comprovada pelos sindicatos, inclusive a ocorrência de roubos e assaltos, sendo que o pagamento em espécie será tido como reembolso de parte das despesas, decorrentes de deslocamento do empregado para a execução do serviço contratado, conforme previsto em lei, não caracterizando salário in natura e nem integrando o salário sob nenhuma hipótese, enquadrando-se no previsto no § 2º do art. 457 da CLT.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO SAÚDE**

Nos Termos previstos no Inciso IV do § 2.º, e § 5.º, do Art. 458 da CLT e da alínea “q”, do § 9.º do art. 28 da Lei 8.212/1991, as empresas, representadas pelo SEAC/RN nesta CCT, concederão aos seus empregados, aqueles estritamente representados pelo SINDLIMP/RN nesta CCT, e alcançados exclusivamente pelo presente instrumento coletivo de trabalho, o valor, fixo, mensal e por cada empregado, de R\$ 128,35 (cento e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), para fins de concessão de assistência prestada por serviço médico ambulatorial (Auxílio-Saúde) e gerenciada por uma empresa definida como GESTORA.

**Parágrafo Primeiro** – Fica a cargo do SINDLIMP/RN a contratação direta da empresa GESTORA do auxílio-saúde, empresa esta que ficará responsável pela gestão deste auxílio, podendo ser, a critério exclusivo da GESTORA, plano de saúde regularmente registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) concedido aos empregados e, às empresas do ramo de atividade econômica representadas pelo SEAC/RN nesta CCT, ficam obrigadas a repassar ao SINDLIMP/RN ou à empresa GESTORA ou ainda diretamente à administradora de benefícios regularmente inscrita na ANS indicada pela GESTORA para contratação de planos de saúde que atendam à esta cláusula, o valor global, que lhe cabe, do Auxílio-Saúde, ora ajustado

**Parágrafo Segundo** – Cada empresa deverá repassar, nos termos estabelecidos no parágrafo primeiro, os valores que lhe cabem até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços médicos; que, em caso de inadimplência, deverá responder diretamente pelo passivo que lhe corresponde, não sendo esta responsabilidade, solidária ou subsidiária, estendidas as demais empresas e tampouco aos sindicatos convenentes.

**Parágrafo Terceiro** – As empresas que estejam com contratos de prestação de serviço vigentes que não conseguem incluir ou repassar, ao tomador de serviços (reapactuação contratual) os custos da implementação do auxílio-saúde, ficam desobrigadas da implementação do referido auxílio-saúde, mediante a comprovação de provocação ao tomador de serviço, em conceder o benefício perante o SINDLIMP/RN. As empresas que já possuam contratos vigentes com outras operadoras de planos de saúde e que já pagam a totalidade do valor de um plano ambulatorial hospitalar com obstetrícia e odontologia para o trabalhador poderão optar por cumprir a sua vigência contratual por até mais 1 (um) ano a partir do registro desta convenção e posteriormente migrar para o formato descrito nesta cláusula.

**Parágrafo Quarto** - Não fará jus ao cumprimento desta cláusula as contratações diretas de outras empresas gestoras ou outras operadoras de planos de saúde que não sejam através da administradora conveniada pela GESTORA.

**Parágrafo Quinto** - A Concessão deste benefício tem a mesma vigência da presente CCT e, durante sua vigência, concedido a cada empregado em razão da permanência do seu vínculo empregatício com a empresa prestadora de serviços.

**Parágrafo Sexto** - Em caso de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho, as empresas manterão

opagamento do benefício do auxílio saúde pelo período de 30 (trinta) dias. Após este período, é obrigatória a comunicação à empresa do gerenciadora do auxílio-saúde e/ou à empresa administradora de benefícios de planos de saúde, indicando a data de início da suspensão ou interrupção do contrato de trabalho.

Parágrafo Sétimo - O pagamento do benefício do auxílio saúde não será interrompido em caso de licença maternidade, limitando-se ao prazo de 120 dias de licença.

Parágrafo Oitavo - O empregado filiado ao SINDLIMP/RN poderá incluir seus dependentes no plano de saúde regularmente registrado na ANS, ficando a obrigação do pagamento das despesas com seus dependentes (são eles: I - cônjuge ou companheiro em união estável, na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge; II – os filhos, os enteados e os tutelados, que ficam equiparados aos filhos, menores de 24 anos) a cargo do próprio empregado que será descontado mediante autorização escrita do empregado titular à empresa.

Parágrafo Nono –As empresas representadas não respondem, quer de forma solidária ou subsidiária, por qualquer falha na prestação dos serviços;

Parágrafo Décimo - O sindicato patronal e laboral, as empresas e a gestora não respondem quer de forma solidária ou subsidiária, pelo inadimplemento para com as empresas contratadas.

Parágrafo Décimo Primeiro - As obrigações das empresas se limitam às obrigações estabelecidas na presente norma coletiva.

Parágrafo Décimo Segundo – A partir da data-base da Convenção Coletiva de 2024, o valor, fixo, mensal e por cada empregado, de R\$ 128,35 (cento e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos), para fins de concessão de assistência prestada por serviço médico (Auxílio Saúde) será reajustado de acordo com o índice INPC.

Parágrafo Décimo Terceiro - As infringências ou controvérsias resultantes da aplicação desta cláusula e seus parágrafos deverão ser dirimidas por meio de negociação coletiva de trabalho entre as partes convenientes que poderá contar, se necessário, com mediação da SRTba/RN. Caso a empresa tida como infratora da referida cláusula se negue à negociação ou resulte por infrutífera a negociação facultada ao sindicato obreiro a adoção das medidas legais que entenda cabível para a resolução da questão.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA**

Os empregadores ficam obrigados a fazer por sua conta exclusiva, seguro de vida e de invalidez permanente para todos os seus empregados, devendo o valor do seguro para o caso de morte ser correspondente a no mínimo 20 (vinte) vezes a remuneração do empregado, verificada no mês anterior ao evento e a 02 (duas) vezes esse valor para o caso de invalidez permanente, total ou parcial por acidente.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR**

As Entidades Sindicais prestarão indistintamente a todos os trabalhadores e/ou empregadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de organização especializada e aprovada pelas Entidades Sindicais Convenientes, benefícios sociais, conforme definido no Manual de Procedimentos Operacionais.

Parágrafo Primeiro: Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento da ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL, as empresas, compulsoriamente, a título de contribuição social, recolherão até o dia 10 (dez) de cada mês e a partir de 01/01/2024, o valor total de R\$ 15,00 (quinze reais) por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site [www.beneficiosocialsindical.com.br](http://www.beneficiosocialsindical.com.br).

Parágrafo Segundo: Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja

por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Terceiro: Na ocorrência de evento que gere direito de atendimento ao trabalhador, o empregador deverá comunicar formalmente a gestora através do seu site, no prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias a contar do fato gerador, sob pena do empregador arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador prejudicado, como se inadimplente estivesse, pelo site [www.beneficiosocialsindical.com.br](http://www.beneficiosocialsindical.com.br).

Parágrafo Quarto: O empregador que estiver inadimplente com o recolhimento desta contribuição ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, perderá o direito aos benefícios, e, em caso de serviços que sejam prestados diretamente às empresas, estes serão suspensos até a regularização dessa contribuição. Na ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento aos trabalhadores, estes não perderão direito aos benefícios, e o empregador deverá indenizar o trabalhador ou seus familiares, a título de multa, o dobro do valor dos benefícios, e reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados.

Parágrafo Quinto: Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos devido a fatos novos constantes nesta CCT e em consonância à instrução normativa vigente, nestes casos, obrigatoriamente, deverão constar a provisão financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artigo 444 da CLT.

Parágrafo Sexto: Estará disponível no site da gestora, a cada pagamento mensal, o Comprovante de Regularidade do Benefício Social Sindical, o qual deverá ser apresentado ao contratante e a órgãos fiscalizadores quando solicitado.

Parágrafo Sétimo: O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Oitavo: O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imprudência ou imperícia do prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

Sendo escrito o contrato, fica o empregador obrigado a fornecer cópia do mesmo, sob pena de não prevalecer contra o empregado às cláusulas que lhes for desfavorável, e em qualquer caso, haverá a entrega do termo de opção do FGTS.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

Os empregadores obrigam-se a efetuar o pagamento das verbas rescisórias, dentro do prazo legal, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) ao mês, após o trigésimo dia, sobre o valor da rescisão, ficando 5% (cinco por cento) em favor do sindicato da categoria profissional e cinco por cento em favor do empregado, além da multa de salário prevista em lei.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE APRESENTAÇÃO**

No ato da rescisão contratual as empresas fornecerão Carta de Apresentação a todos os empregados que tenham, no mínimo, 01 (um) ano de vínculo empregatício.

## **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de contrato de trabalho com lapso temporal superior a 01 (um ano) de tempo de serviço do empregado serão sempre homologadas no sindicato laboral conveniente, para que as mesmas possam ter validade.

Parágrafo Primeiro: No ato da homologação a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- Carta de Preposto
- Comprovante de Aviso Prévio
- Pedido de Demissão, se for o caso
- Carteira Profissional Atualizada
- Termo de Rescisão de Contrato em 04 (quatro vias)
- Exame Médico Demissional (original e cópia)
- Perfil Profissional Previdenciário (P.P.P.)
- Extrato de FGTS atualizado
- Demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS rescisório
- Recibo do GRRF
- Guia do Seguro Desemprego
- Chave da Conectividade Social

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

As empresas obrigam-se, em caso de dispensa por justa causa, a fornecer por escrito ao empregado, a causa e o enquadramento da falta grave cometida, sob pena de não poder alegá-la posteriormente e em Juízo.

## **ESTÁGIO/APRENDIZAGEM**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO APRENDIZ**

As empresas, respeitadas as restrições profissionais, os aspectos de segurança e integridade do trabalhador e as disponibilidades do mercado de trabalho, devem cumprir a lei e realizar a contratação de jovens aprendiz.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Dada as possibilidades adicionais a Consolidação das Leis do Trabalho, notadamente no seu art. 611-A, fortalecendo e privilegiando os instrumentos normativos resultantes de negociações coletivas, os Sindicatos convenientes resolvem, observando as especificidades do setor, fixar bases para o cumprimento da lei que regula a contratação do Jovem Aprendiz, no parágrafo seguinte;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considerando a obrigação legal da reserva de cargo de jovem aprendiz, previsto no art. 429 da CLT, bem como imposições contratuais contidas nos art. 92, inciso XVII e art. 116 da Lei Federal 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES), as empresas deverão obrigatoriamente:

- 1 - Incluir nos seus orçamentos e planilhas de custo o valor mensal mínimo de R\$ 93,67 (noventa e três reais e sessenta e sete centavos) o qual será multiplicado pela quantidade de empregados previstas no orçamento/contrato;
- 2 - Serão objeto de revisão os contratos firmados, os quais deverão ser aditivados para inclusão do quanto disposto nessa cláusula;
- 3 - Caso a empresa não inclua em seus novos orçamentos o quanto previsto no item 1, do parágrafo quarto, desta cláusula, o contratante fica autorizado a desclassificar sua proposta de preços por descumprimento de norma coletiva, e eventual contratação será considerada irregular autorizando os sindicatos a informara os órgãos competentes para fiscalização da contratada e tomador dos serviços, para cumprimento da legislação.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPENSA DO TRINTÍDIO**

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos trinta dias que antecedem a data-base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Lei 6.708/79 e a Lei n 7.238/84, desde que o encerramento do contrato tenha ocorrido por determinação dotomador dos serviços, mediante devida comunicação ao sindicato patronal e laboral.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO ESPECIAL POR PRAZO DETERMINADO**

Os empregadores poderão contratar empregados por prazo determinado, na forma da Lei 9.061/98 e do Decreto n.º 2.490/98 e nos termos das condições aqui pactuadas. Esta disposição somente contempla os empregadores associados do SEAC/RN.

#### **Parágrafo Primeiro – RESCISÃO ANTECIPADA:**

Na hipótese da rescisão antecipada do contrato de trabalho por prazo determinado, firmado com base na Lei 9.061/98, a parte que lhe der causa, indenizará a outra com o valor correspondente a um mês de salário vigente à época da rescisão.

#### **Parágrafo Segundo – MULTAS:**

O descumprimento de quaisquer das disposições referente a Cláusula Vigésima Primeira, bem como, da Lei 9.601/98 importará ao infrator multa de 2% (dois por cento) do piso salarial da categoria, por empregado irregular, que se reverterá em favor do Sindicato da Categoria Profissional, para fins de assistência jurídica e sociais dos associados.

#### **Parágrafo Terceiro – DEPÓSITOS VINCULADOS:**

Os empregadores ficam obrigados a efetuar um depósito mensal, na CEF ou Banco do Brasil, em nome decada empregado temporário, sem prejuízo do estabelecido no Art. 2º, da Lei 9.601/98, nos termos do artigo 4º do Decreto 2.490/98, no valor correspondente a 2% (dois por cento) do salário base, com periodicidadede saques trimestrais.

#### **Parágrafo Quarto – FISCALIZAÇÃO SINDICAL:**

Os empregadores se obrigam a cumprir todas as disposições de que trata o Decreto 2.490/98 e esta Convenção, facultando ao Sindicato Laboral solicitar a comprovação destas providências.

#### **Parágrafo Quinto – ACORDOS COLETIVOS:**

Fica ainda o sindicato laboral autorizado a celebrar acordo coletivo com empresas de locação de mão de obra, para admissão de empregados por prazo determinado, respeitados os dispositivos da lei 9.601/98 edecreto 2.490/98 de 04/02/98.

#### **Parágrafo Sexto – AUTORIZAÇÃO SINDICAL:**

A validade de contratação por prazo determinado, na forma da cláusula supra citada, fica condicionada a uma autorização conjunta do SEAC e SINDLIMP/RN, específica para cada empregador interessado, devendo fazer parte da documentação de que trata o parágrafo primeiro, do artigo 7º do pre citado Decreto, sob pena de nulidade.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MARKETING – PQM**

A partir de 01 de janeiro de 2024 as empresas ficam obrigadas a efetuarem o recolhimento mensal, ao Sindicato Profissional a importância equivalente a R\$ 5,21 (cinco reais e vinte e um centavos) por empregado, importância esta suportada exclusivamente pelas empresas e que será destinada à manutenção do Programa de Qualificação Profissional e Marketing (PQM) administrado pelo Sindicato Profissional e pelo Sindicato Patronal da forma abaixo descrita.

**Parágrafo Primeiro: PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL** - O Sindicato Profissional em parceria com o Sindicato Patronal manterá e divulgará uma programação permanente de Qualificação Profissional dos empregados do segmento asseio conservação, higienização e limpeza, promovendo cursos, palestras, seminários e outros eventos que visem intensificar a qualificação e requalificação dos trabalhadores.

**Parágrafo Segundo: PROGRAMA DE MARKETING** - O Sindicato Profissional juntamente com o Sindicato Patronal dentro do período de vigência desta Cláusula promoverão atos de divulgação do segmento nos mais diversos veículos de comunicação visando a conscientização e orientação dos empresários do segmento e dos tomadores dos serviços de asseio conservação, higienização e limpeza tanto do setor privado como da rede pública, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, sobre as peculiaridades do segmento, vantagens e cautelas da prática administrativa por intermédio da terceirização.

**Parágrafo Terceiro:** O valor devido (tomando-se por base o número de empregados da empresa conforme CAGED por CNPJ) será recolhido até o dia 15 de cada mês, cabendo ao Sindicato Profissional o encaminhamento de boleto bancário, indicado o banco, agência e conta à recepção do depósito e cabendo às empresas encaminhar cópias dos boletos pagos, acompanhado pelo CAGED.

**Parágrafo Quarto:** A omissão da empresa quanto a inclusão do nome de qualquer empregado na Relação de Empregados referida no parágrafo anterior, ensejará a aplicação de multa mensal à empresa em valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do benefício previsto no caput desta cláusula, por rata die, limitada ao principal, por empregado omitido.

## **ASSÉDIO MORAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ASSÉDIO MORAL**

Fica vedada a prática de qualquer ato de assédio moral, sob pena de indenização e demais consequências previstas em lei.

## **ASSÉDIO SEXUAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ASSÉDIO SEXUAL**

Fica vedada a prática de qualquer ato de assédio sexual, sob pena de indenização e demais consequências previstas em lei.

## **ESTABILIDADE MÃE**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE**

Fica vedada a dispensa da mulher gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto, conforme o art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## **ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE**

Fica assegurada a estabilidade por 12(doze) meses, quando do retorno do trabalhador em virtude de

acidente do trabalho, doença de trabalho ou doença profissional.

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA AO APOSENTADO**

Fica vetada a dispensa do empregado que estiver a pelo menos 36(trinta e seis) meses de aquisição do direito à aposentadoria.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA**

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada.

Parágrafo Primeiro. Caso o empregado tenha ingressado com recurso contra a alta previdenciária, deverá comunicar a empresa também no dia útil imediatamente subsequente a alta, que fornecerá contra recibo da referida comunicação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada.

Parágrafo Segundo. Caso o empregado não labore durante o processamento do recurso/ação apresentado em face do INSS este deverá declarar perante a empresa expressamente esta condição, eximindo-a do pagamento dos respectivos salários e demais consectários durante este período.

Parágrafo Terceiro. Quando a empresa efetuar o encaminhamento previdenciário esta deverá cientificar o empregado do conteúdo da presente cláusula.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ESCALA DE TRABALHO E DO TRABALHO EMBARCADO**

Aplica-se aos trabalhadores alcançados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, a escala de 12/36(doze por trinta e seis) horas, e quanto ao trabalho embarcado, observa-se a Lei nº 5.811/72 e as normas estabelecidas entre o contratante e o contratado.

Parágrafo Único: Fica ainda autorizada, nos termos do Art. 6º da CF, a elaboração da escala de 3/3 (três por três) dias, 5/1 (cinco por um) dias, 8/24 (oito por vinte e quatro) horas e 12/24 (doze por vinte e quatro) horas, em turno fixo ou de revezamento, desde que fique assegurado 02 (duas) folgas semanais a título de compensação, e que haja concordância do Sindicato da Categoria Profissional, depois de analisar cada caso especificamente.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO**

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, ficando as empresas obrigadas a colher assinatura dos empregados ao final do período de fechamento do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria, podendo as empresas dispensar a marcação do intervalo de repouso e alimentação desde que haja pré-anotação do intervalo no cabeçalho do documento onde é registrada a jornada, conforme legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro: Fica autorizada, no presente instrumento normativo, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou



rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador.

Parágrafo Segundo: O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

Parágrafo Terceiro: Em face da natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTAS**

As faltas dos empregados, até o limite de 02(dois) dias, no caso de necessidade de consulta médica aos filhos de até 14(quatorze) anos de idade ou inválidos, serão abonadas, mediante apresentação de atestados ou declaração médica, em 48(quarenta e oito) horas.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE**

Fica autorizado o abono de falta aos estudantes, decorrente das necessidades de exames vestibulares e supletivos, desde que participe ao empregador com antecedência de 72(setenta e duas) horas e comprove posteriormente, sob pena de respectivo desconto.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ATRASO AO SERVIÇO**

No caso do empregado chegar atrasado ao serviço e o empregador permitir seu trabalho nesse dia, fica proibido o desconto da importância relativa ao dia, ao repouso semanal remunerado e ao feriado correspondente.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO DIREITO AO PIS**

É assegurado ao trabalhador o recebimento de abono anual, a ser pago pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, devendo ser feito pelo Banco do Brasil S/A e/ou pela Caixa Econômica Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que não possuam convênio com a Caixa Econômica Federal para recebimento do PIS, terão garantida a liberação de 1 dia de expediente de trabalho para que ele possa receber o benefício, sem qualquer prejuízo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O trabalhador que ficar prejudicado sem receber o PIS por culpa do empregador decorrente de falta de repasse de informações e/ou erro na confecção da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), ficará obrigado a indenizar o empregado na proporção de 01 salário da categoria.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONCESSÃO DAS FÉRIAS**

A concessão de férias será participada por escrito ao trabalhador com antecedência mínima de 30(trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.

## **FÉRIAS COLETIVAS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - INÍCIO DAS FÉRIAS COLETIVAS**

O período de férias individuais ou coletivas deverá ter o seu pagamento efetuado no prazo do art. 145 da CLT, observando o disposto no parágrafo 5.º do art. 142 da CLT.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI**

Os empregadores fornecerão para seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual a que se refere a NR\_06 da Portaria 3.214, de 08.06.78 do Ministério do Trabalho, sem custo para os mesmos.

Parágrafo Único - Os Equipamentos de Proteção Individual deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) expedido pelo órgão competente.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - UNIFORME**

Os empregadores se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados, uniformes de trabalho para execução da atividade subordinada, que serão entregues em perfeitas condições de uso, que terão natureza individual e serão substituídos quando inadequados ou imprestáveis ao uso no exercício da atividade, devendo ser devolvido o imprestável por ocasião da substituição ou quando houver desligamento da empresa, juntamente com a identidade funcional.

Parágrafo Primeiro. O empregado indenizará, com base no § 1 do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes quando da rescisão contratual.

Parágrafo Segundo. A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências e suspensão.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Parágrafo Primeiro. O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo segundo. Para a sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do Profissional que assina o documento, e ser

apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo terceiro. Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez eu a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo quarto. Fica a empresa autorizada a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional pelos prazos definidos na NR 07, itens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2.

## **PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO**

As empresas com mais de 25 (vinte e cinco) e até 50 (cinquenta) empregados, enquadradas no grau de risco 01 (um) ou 02 (dois) e/ou as empresas com mais de 10 (dez) e até 20 (vinte) empregados, enquadradas no grau de risco 03 (três) ou 04 (quatro), todos segundo o quadro I da NR 4 – SESMT, ficam desobrigadas de contratarem médico do trabalho coordenador, nos termos da Portaria nº 8/96 de 08/05/96.

Parágrafo Primeiro – Ficam as empresas obrigadas a fazer os exames nos trabalhadores, de acordo com a Lei vigente.

Parágrafo Segundo - As empresas representadas e associadas ao sindicato patronal que firmam presente Convenção Coletiva de Trabalho ficam autorizadas a adotar qualquer das modalidades previstas pela Portaria nº 17, de 01/08/2007 a utilizar qualquer das hipóteses ali previstas para vincularem seus empregados, total ou parcialmente, aos SESMT's dos tomadores de seus serviços, aos SESMT's organizados pelo sindicato patronal ou pelas próprias empresas e/ou SESMT's organizados no mesmo pólo industrial ou comercial em que desenvolvem suas atividades, ou ainda a possibilidade das empresas representadas por este sindicato patronal de utilizar de empresas especializadas em SESMT's de forma terceirizada.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO - LTCAT**

As empresas acordantes farão o laudo técnico de condições ambientais de trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho conforme o Artigo 58, parágrafo 1º, da Lei 8.213/91 (alterações introduzidas pela Lei nº 9.528, de 10/12/97, DOU de 11/12/97) e, mantendo atualizado, enviando um original ou cópia autenticada do referido laudo para o sindicato laboral.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - PPP**

As empresas acordantes deverão elaborar e manter atualizado Perfil Profissiográfico Previdenciário abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento. "(art. 58, parágrafo 4, Lei 8.213/91)".

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS -PPRA**

As empresas acordantes deverão elaborar e manter atualizado conforme a NR-9 da Portaria nº 3.214/78, o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais com o objetivo de preservar a saúde e integridade física dos trabalhadores, identificando riscos ambientais existentes no trabalho, enviando um original ou cópia autenticada do referido laudo para o sindicato laboral.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EMPREGADOS AFASTADOS POR ACIDENTES DE TRABALHO OU AUXILIO DOENÇA**

As empresas fornecerão trimestralmente ao Sindlimp a relação contendo os nomes de seus empregados afastados por acidentes de trabalho ou por auxílio-doença, especificando o motivo do afastamento.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - EXAME TOXICOLOGICO**

Ficam desobrigados a submeter ao exame toxicológico os motoristas abrangidos por esta convenção.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO SESMT COLETIVO**

Na forma das normas legais atuais, os sindicatos e as empresas poderão formar SESMT coletivo, ou ainda poderão os empregados serem assistidos nos SESMT do contratante. Nos dois últimos casos, com assistência obrigatória do Sindicato Patronal.

## **RELAÇÕES SINDICAIS SINDICALIZAÇÃO (CAMPANHAS E CONTRATAÇÃO DE SINDICALIZADOS)**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - SINDICALIZAÇÃO**

As empresas descontarão mensalmente dos seus empregados associados do SINDLIMP/RN, desde que os empregados autorizem prévia e expressamente diretamente às empresas, a quantia equivalente a 3% (três por cento) do Piso Salarial da categoria, a título de mensalidade associativa, sendo que o montante descontado deverá ser repassado ao Sindicato profissional até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, ou no dia útil imediatamente anterior ao 10º (décimo) dia após o desconto, de conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal, em anexo deverá constar a relação nominal de todos empregados associados por contrato e, que cujo valor foi descontado em favor do sindicato laboral.

Parágrafo Primeiro: FILIAÇÃO E DESFILIAÇÃO – O trabalhador pertencente à categoria do SINDLIMP/RN e abrangido por esta Convenção possui a liberdade de associação nos termos do artigo 8º, inciso V, da Constituição Federal. Depois de filiado, assegura-se o seu direito de desassociar-se, devendo o mesmo sedirigir á sede ou suas delegacias, para requerer a desfiliação.

Parágrafo Segundo: Se torna desnecessário a notificação em 48hrs da cláusula de descumprimento da convenção coletiva incidindo a multa ao final do prazo para o cumprimento desta.

Parágrafo Terceiro: O SINDLIMP/RN encaminhará as empresas documento de autorização de desconto para que a empresa efetue o desconto a titulo de mensalidade sindical.

## **ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - GARANTIAS SINDICAIS**

Será permitido o acesso dos dirigentes sindicais ou de seus representantes, às empresas para fiscalizarem o cumprimento desta Convenção.

## **REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DELEGADO SINDICAL**

O Sindlimp poderá eleger ou indicar delegados para melhor proteção e representação dos associados e da categoria profissional, ficando asseguradas ao trabalhador indicado para exercer a função de delegado sindical, fica estendida a estes, a estabilidade e as prerrogativas do artigo 543 da CLT.

Parágrafo Primeiro: Cada empresa com mais de 50 (cinquenta) empregados terá 01 (um) delegado sindical.

Parágrafo Segundo: Nas empresas com mais de 300 empregados, serão eleitos três delegados sindicais.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - REPRESENTANTE JUNTO A FEDERAÇÃO E CONFEDERAÇÃO**

O Representante do Sindlimp Junto a Federação e Confederação e seus suplentes para melhor proteção e representação dos associados e da categoria profissional, ficando asseguradas ao trabalhador eleitos ou indicados para exercer a função, fica estendida a estes, a estabilidade e as prerrogativas do artigo 543 da CLT.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DISPONIBILIDADE REMUNERADA**

Fica estabelecido a disponibilidade remunerada de um dirigente sindical por empresa, devendo a entidade sindical profissional indicar o dirigente e solicitar por escrito ao empregador a disponibilidade aqui convencionada.

Parágrafo Único: Entenda-se por remuneração, o que dispõe o art. 457 e seus parágrafos e art. 458, ambos da CLT, além do Enunciado nº 241, da Súmula do TST, compreendendo ainda a integração de horas extras, adicionais noturnos, insalubridade, periculosidade, férias, 13.º salário, e outras vantagens.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

As empresas enviarão à entidade sindical profissional a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, valor do salário e valor do recolhimento), até o décimo dia do mês subsequente do recolhimento dessas verbas.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

Ficam as empresas responsáveis em prestar contas da Contribuição Sindical, no mês de fevereiro ao sindicato patronal e em 30 de maio ao sindicato dos trabalhadores em asseio, conservação, higienização e limpeza urbana, através do comprovante de depósito da Contribuição sindical, juntamente com a relação dos trabalhadores que autorizaram prévia e expressamente tal desconto, constantes no arquivo do SEFIP, contribuições essa devidas aos sindicatos que participem das categorias econômicas ou profissionais conforme art. 578 ss. da CLT.

Parágrafo Primeiro: Convencionam as partes que os descontos da contribuição confederativa mediante autorização dos trabalhadores em assembleia, só serão aceitos após julgamento definitivo dos Tribunais Superiores. Em caso de posição favorável a tal desconto nesta modalidade, serão feitos os descontos dos trabalhadores que ainda não tenham autorizado de forma expressa e individual pelas empresas.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS – CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES**

### **ASSINATURA DA CCT**

CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA QUE TERÁ REFLEXOS PARA TODA ACATEGORIA E NÃO SOMENTE PARA OS ASSOCIADOS

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos do acordo ou convenção coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerando que o art. 611-B não veda a estipulação e contribuição decorrente de convenção coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SINDICATO PATRONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, recolherão junto a Banco que o o SEAC indicar, em favor do (SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PÚBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN), mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido abaixo:

- Empresas Associadas: R\$ 2.918,98 (dois mil novecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos);

- Empresas Não Associadas: R\$ 5.837,97 (cinco mil oitocentos e trinta e sete reais e noventa e sete centavos)

Parágrafo Primeiro: A contribuição Negocial será distribuída da seguinte forma:

I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

Parágrafo Segundo: O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 10% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

## **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - TAXA ASSISTENCIAL ANUAL**

Outorgado pelo Art. 513/CLT e por Assembleia Geral da categoria, considerando as conquistas econômicas e sociais resultantes da negociação ora celebrada pelo sindicato obreiro em favor do coletivo de trabalhadores representado; considerando a necessidade de provisionamento financeiro para repor os custos despendidos com o processo negocial, tais como: (editais, aluguéis de auditórios, transportes, informativos e demais materiais gráficos, mobilizações, viagens, honorários advocatícios, etc.); considerando, ainda, a necessidade de provisionamento financeiro para o sustento da entidade e o consequente financiamento de suas lutas em defesa da categoria representada, as empresas descontarão de todos os integrantes da categoria associados ou não ao sindicato laboral, a título de Taxa Assistencial Negocial, somente na folha de pagamento de março de 2024, o valor correspondente a um dia de trabalho, recolhendo obrigatoriamente o montante em favor do sindicato profissional, até o dia 12 de abril de 2024, na conta do SINDLIMP que possui os seguintes dados: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA: 0035, CONTA CORRENTE: 2275-1 OPERAÇÃO: 003.**

Parágrafo Primeiro: No ato de repasse da contribuição a empresas deverão enviar a relação nominal dos trabalhadores abrangidos por esta convenção.

Parágrafo Segundo: Os trabalhadores não associados ao sindicato que discordarem de tal desconto devem manifestar-se individualmente por escrito junto ao sindicato até o efetivo desconto.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO - LEGITIMIDADE PROCESSUAL**

Fica reconhecida a legitimidade processual das entidades sindicais convenientes, perante a Justiça do Trabalho, para ajuizamento de ações de cumprimento, independente da relação de empregados, autorização ou mandato dos mesmos, em relação a qualquer uma das cláusulas desta Convenção.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DIVERGÊNCIAS**

As divergências entre as partes convenientes na aplicação dos dispositivos da presente Convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS PARA NEGOCIAÇÃO**

Fica convencionado que quaisquer instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato Laboral, com quaisquer das empresas do setor abrangido por essa Convenção Coletiva de Trabalho e seus Termos Aditivos, que estabeleceram condições sociais e econômicas divergentes das pré-estabelecidas nesta Convenção Coletiva deverão contar com a participação na negociação e anuência do Sindicato Patronal e Laboral, perante à Comissão de Conciliação Prévia.

## **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - MECANISMOS PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

Visando sanar divergências oriundas da aplicação do presente instrumento coletivo, bem como dirimir questões diversas suscitadas no decorrer da vigência deste, as partes, com objetivo de possibilitar o entendimento e a conciliação, poderão realizar trimestralmente reuniões entre representantes das empresas, Sindicato Laboral e Sindicato Patronal.

## **APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - CONVENÇÕES E ADITIVOS**

Ficam mantidas todas as cláusulas constantes das Convenções Coletivas e aditivos anteriores que não conflitem com esta Convenção Coletiva de Trabalho.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO**

O descumprimento de qualquer uma das cláusulas desta Convenção ficam fixadas às seguintes penalidades:

A) multa de 10 (dez) Pisos Salariais da categoria por mês, aplicável em dobro, no caso de reincidência, cujo valor será revertido em favor do sindicato.

B) No caso de não recolhimento das mensalidades sindicais e taxa assistencial estabelecida nesta convenção, além da multa do item “a” será acrescido de juros e correção monetária na formado art. 600 da CLT.

Parágrafo primeiro – No caso da hipótese da multa prevista no item “b”, caso a empresa apresente justificativa no prazo de 48(quarenta e oito horas), será isenta da aplicação da multa.

Parágrafo segundo - A aplicação da presente multa só será efetivada após notificação contra recibo pelos meios de comunicações oficiais: e-mail, AR, pessoalmente mediante contra recibo, whats APPe outros meios físicos ou digitais existentes, no prazo de 36 (trinta e seis) horas para que aquele exerça o seu direito de defesa.”

Parágrafo terceiro: No caso da empresa se encontrar na impossibilidade de cumprir os prazos de pagamento e salário e vale alimentação, deverá com antecedência de até 24(vinte e quatro horas),informar previamente ao sindicato os motivos, sob pena de aplicação da multa.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PAUTA**

Obrigam-se as partes convenientes a enviar no prazo de 30(trinta) dias, antes da data-base, a pauta de reivindicações, sob protocolo a fim de que se inicie o processo de negociação.

### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO E REVISÃO DESTA CONVENÇÃO**

A prorrogação da presente Convenção, a revisão total ou parcial de seus dispositivos, direitos e deveres dos empregados e dos empregadores, obedecerão ao disposto na legislação vigente.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - REVISÃO CONVENCIONAL**

As partes convenientes poderão a qualquer tempo, desencadear o processo de revisão da presente Convenção, manifestando a sua intenção por escrito.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - PROCESSO LICITATÓRIO**

O órgão contratante, a partir de 1º de janeiro de 2019, desclassificará a(s) Empresa(s) Prestadora(s) de Serviço(s) que, ao celebrarem contrato(s) com a mesma(s), em face de Processo Licitatório que não estejam cotando o piso da categoria, estabelecido na presente Convenção Coletiva de Trabalho entre Sindlimp/RN e SEAC/RN.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE PARA AS OBRIGAÇÕES SINDICAIS**

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão negativa de regularidade para com suas obrigações sindicais.



Parágrafo primeiro: Esta certidão positiva ou negativa será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seu Presidente (ou seu substituto legal), no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo: Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento de contribuição sindical patronal e laboral;
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições sindicais devidas aos sindicatos patronal e laboral;
- c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e Município.

Parágrafo Terceiro: A falta da certidão negativa ou vencida seu prazo, que é de 90 (noventa) dias, ensejará a desclassificação, permitindo às demais empresas licitantes, bem como aos Sindicatos Convenentes, nos casos de concorrências, pregão, carta-convite ou tomada de preços, apontar e requerer a desclassificação do processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO DA PRESENTE CONVENÇÃO**

O cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho será fiscalizado pelas entidades convenentes e pela Superintendência Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte - SRT/RN

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

Em decorrência de estudos realizados no segmento desta categoria as empresas utilizarão na composição de preços de serviços de asseio, conservação e limpeza, incluindo as que exercem atividades similares e conexas os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários no percentual mínimo de 82,45% (oitenta e dois vírgula quarenta e cinco por cento) conforme planilha de cálculo no anexo III, objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando a sonegação de direitos dos trabalhadores, levando também em consideração que os encargos sociais e trabalhistas estabelecidos nesta cláusula poderão ser majorados em função das peculiaridades de cada serviço contratados, salientado que a não cotação desses encargos ensejará na desclassificação das empresas no processo licitatório.

### **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - ACORDOS COLETIVOS**

Os Acordos Coletivos de Trabalho serão firmados com assistência das entidades convenentes, sob pena de nulidade.

}

**EDMILSON PEREIRA DE ASSIS**

**PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA PUBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN**

**FERNANDO LUCENA PEREIRA DOS SANTOS**

**PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVACAO, HIGIENIZACAO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-SINDLIMP**

## **ANEXOS**

## **ANEXO I - ATA AGE SEAC**

[Anexo \(PDF\).](#)

## **ANEXO II - EDITAL E ATA SINDLIMP**

[Anexo \(PDF\).](#)

## **ANEXO III - ANEXO III - ENCARGOS SOCIAIS**

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 1 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	



# LAUDO PERICIAL

## ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, RADIAÇÃO IONIZANTE E TRABALHOS  
COM RAIOS-X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS**


NATAL/RN  
SETEMBRO / 2017  
(revisão em agosto/2021)

EQUIPE TÉCNICA

*Gleydson de Oliveira Cavalcanti*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

*Augusto André Santos de Souza*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2113365715 SIAPE 1856401

*Ricardo Luiz Machado*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 2 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

CONTROLE DAS REVISÕES			
Nº	Descrição Sumária	Responsável	Data
01	Atualização do enquadramento para profissionais ASG que realizem limpeza de banheiros considerados públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva, conforme cláusula 12ª da convenção coletiva nº RN000021/2019.	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	25/02/2019
02	Inclusão de enquadramento para o posto de Auxiliar de Manutenção Predial e remoção da previsão de adicional por radiação solar para os postos de Tratorista agrícola, Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral, conforme Portaria SEPRT Nº 1359/2019; Auxiliar de agropecuária e Trabalhador agropecuário em geral permanecem fazendo jus caso atuem em estábulos e cavalariças (folha 8).	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	03/03/2020
03	Inclusão dos novos cargos: assistente em operações audiovisuais, auxiliar de manutenção em geral, serralheiro, e eletricista instalador - reparador de redes de comunicação de dados.	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	22/02/2021
04	Inclusão do enquadramento para profissionais servente de limpeza que realizem limpeza de banheiros considerados públicos e de grande circulação de forma permanente e efetiva, conforme cláusula 12ª da convenção coletiva nº RN000063/2021.	Augusto André Santos de Souza Gleydson de Oliveira Cavalcanti	20/08/2021
<b>Observações</b>			

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 3 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

## IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN

Endereço

Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol – Natal/RN

CNPJ

10.877.412/0010-59

Nº. CNAE

Descrição CNAE

85.32-5

Educação Superior – graduação e pós-graduação

85.41-4

Educação profissional de nível técnico

Número total de Trabalhadores do IFRN

3.500

Grau de Risco


02 (Dois)

Horário de funcionamento

Administração: 07h00 às 22h00 [segunda a sexta-feira]

Local (is) da coleta de dados

Serviços sob o regime de execução indireta na Reitoria e todos os Campi

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 4 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	5
2. REFERÊNCIAL NORMATIVO .....	5
3. METODOLOGIA .....	5
4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO .....	6

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 5 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Laudo Pericial visa a caracterização dos possíveis agentes biológicos, físicos e químicos existentes nos ambientes laborais para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, com o objetivo de subsidiar os processos licitatórios da instituição na contratação de serviços sob o regime de execução indireta.

Este documento não exclui a responsabilidade da empresa contratada na elaboração dos seus próprios laudos periciais para fins de pagamento dos adicionais ocupacionais aos seus empregados, conforme previstos na legislação trabalhista.

A empresa deverá conhecer todos os ambientes laborais e os riscos relacionados a execução das atividades previstas no contrato de prestação de serviços a fim de estabelecer as medidas de controle necessárias, por meio da elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e outros documentos previstos na legislação trabalhista e previdenciária.

## 2. REFERÊNCIAL NORMATIVO

Este documento está embasado na Legislação abaixo:

Portaria 3.214/78, NR 15 e NR 16	Definem os agentes ambientais que fazem jus ao pagamento do adicional de Insalubridade e Periculosidade.
Convenção Coletiva RN000063/2021.	Regulamenta a concessão do adicional de insalubridade ao auxiliar de serviços gerais e demais trabalhadores que realizem limpeza de banheiros considerados públicos e de grande circulação e dá outras providências.


## 3. METODOLOGIA

A metodologia adotada utiliza a avaliação qualitativa *in loco* e, se necessário, avaliação quantitativa.

A avaliação ocorreu no horário de funcionamento, com a presença de um acompanhante da instituição, onde foram coletadas informações, e assim avaliou-se: a rotina de trabalho, estrutura física do local, presença de agentes ambientais nocivos, uso de equipamento de proteção individual e a existência de proteção coletiva.

Após identificar os aspectos inerentes a cada função avaliada e ambiente laboral, procedeu-se a qualificação da insalubridade ou periculosidade.

Para avaliação quantitativa se utilizou o equipamento e metodologia a seguir:


Instrumento	Metodologia
 Medidor de estresse térmico marca Instrutherm, modelo TGD200	O equipamento é instalado em um suporte de maneira que os sensores dos termômetros se posicionem na altura do tórax do trabalhador na situação de trabalho analisada. Adotando-se o critério de estabilização da FUNDACENTRO, onde a variação não pode ser superior a 0,2°C em um minuto, obtém-se a leitura para cada termômetro.

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento TER-2017-LAUDO-todos os campi-021			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 6 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

#### 4. AVALIAÇÃO DOS AMBIENTES DE TRABALHO

Apresentaremos na sequência a avaliação ambiental por função desempenhada nos Campi e Reitoria.



<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 7 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administrador de edifícios</li> <li>- Armazenista</li> <li>- Auxiliar de serviços gerais – sem limpeza de banheiros públicos</li> <li>- Copeiro</li> <li>- Desenhista industrial</li> <li>- Encarregado de equipe de conservação de vias permanentes</li> <li>- Faxineiro</li> <li>- Servente de limpeza - sem limpeza de banheiros públicos</li> <li>- Mestre - construção civil</li> <li>- Motorista</li> <li>- Motorista de carro de passeio</li> <li>- Motorista de furgão ou veículo similar</li> <li>- Motorista de ônibus rodoviário</li> <li>- Motorista de ônibus urbano</li> <li>- Motorista leve</li> <li>- Operador de máquina copiadora</li> <li>- Porteiro de edifícios</li> <li>- Recepcionista</li> <li>- Supervisor administrativo</li> <li>- Supervisor de manutenção eletromecânica industrial, comercial e predial</li> <li>- Telefonista</li> <li>- Encarregado</li> <li>- Pedreiro</li> <li>- Auxiliar de pedreiro</li> <li>- Pedreiro de edificações</li> <li>- Servente de obras</li> <li>- Servente</li> <li>- Auxiliar de cozinha</li> <li>- Cozinheiro</li> <li>- Lavador de veículos</li> <li>- Jardineiro</li> <li>- Tratorista agrícola</li> </ul>	<p>Não foram identificados riscos que se enquadrem na legislação como geradores do direito aos adicionais de insalubridade ou periculosidade.</p>	Não se aplica	Não se aplica	Não há

**MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS**

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA da empresa contratada.

*Gleydson de Oliveira Cavalcanti*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2105143148 - SIAPE 2143441

*Augusto André Santos de Souza*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2113365715 SIAPE 1856401


*Ricardo Luiz Machado*  
Engenheiro de Segurança do Trabalho  
CREA 2502054915 - SIAPE 1160020


<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 8 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
- Pintor	<b>Químico:</b>  Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Piscineiro	<b>Químico:</b>  Manuseio de álcalis cáusticos  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Mecânico de refrigeração	<b>Acidente:</b> Energia elétrica  Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Periculosidade  30% do Salário Base
- Operador de máquinas fixas em geral (laticínio)	<b>Químico:</b>  Manuseio de álcalis cáusticos  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo

**MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS**

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.


<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> <b>COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE</b>				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor <b>Todos/Atividades terceirizadas</b>	Revisão <b>04</b> (20/08/2021)	Data <b>01/09/2017</b>	Folha <b>9 de 11</b>
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	
FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/Tempo	Medição Efetuada/Tempo	
- Auxiliar de agropecuária - Trabalhador agropecuário em geral	Biológico Trabalho em estábulos e cavalariças.  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato permanente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Auxiliar de saúde bucal	Biológico: Contato com os pacientes e manuseio de objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 14	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato permanente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Auxiliar de manutenção predial – atividades realizadas no Campus Caicó	Químico:  Pintura a pincel com esmaltes, tintas e vernizes diluídos em solvente contendo hidrocarbonetos aromáticos.  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
<b>MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS</b>  Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.				

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor Todos/Atividades terceirizadas	Revisão 04 (20/08/2021)	Data 01/09/2017	Folha 10 de 11
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	

FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/ Tempo	Medição Efetuada/ Tempo	
- Bombeiro Hidráulico - Encanador	Químico:  Manuseio de álcalis cáusticos  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 – Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato permanente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Eletricista de instalações (edifícios) - Eletricista de manutenção eletroeletrônica - Eletrotécnico - Instalador de linhas elétricas de alta e baixa - Técnico eletricista	Acidente: Energia elétrica  Atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos em baixa tensão, energizados ou com possibilidade de energização acidental  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 4	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Periculosidade  30% do salário base
- Vigilante	Acidente: violência física  Atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 16 – Anexo 3	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato permanente	Periculosidade  30% do salário base

#### MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS

Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.

<b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE</b> COMISSÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE				
	Código do Documento <b>TER-2017-LAUDO-todos os campi-021</b>			
	Campus/Setor <b>Todos/Atividades terceirizadas</b>	Revisão <b>04</b> (20/08/2021)	Data <b>01/09/2017</b>	Folha <b>11 de 11</b>
Tipo de Documento <b>LAUDO PERICIAL</b>			Identificação <b>Nº: 021/2017</b>	
FUNÇÃO	AGENTE NOCIVO À SAÚDE OU IDENTIFICADOR DO RISCO	GRAU DE AGRESSIVIDADE AO HOMEM		ADICIONAL A SER CONCEDIDO
		Tolerância Conhecida/Tempo	Medição Efetuada/Tempo	
- Soldador	Físico: Radiação Não Ionizante  Ultravioleta originado do processo de soldagem a arco elétrico e chama.  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 07	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Marceneiro	Químico:  Manipulação de produtos contendo hidrocarbonetos aromáticos  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 13	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato intermitente	Insalubridade grau médio  20% do salário mínimo
- Auxiliar de serviços gerais - Servente de limpeza  com limpeza de banheiros públicos	Biológico:  Higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo.  Portaria 3.214/78 – Norma Regulamentadora 15 Anexo 14	Avaliação qualitativa	Exposição habitual  Contato permanente	Insalubridade grau máximo  40% do salário mínimo
<b>MEDIDAS CORRETIVAS – COMENTÁRIOS</b>  Necessário o uso dos equipamentos de proteção individual – EPI e capacitações de segurança definidos no programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA da empresa contratada.				

**Anexo III - Anexo III.pdf**

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

### 1.DEFINIÇÃO

1.1.Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2.Este instrumento de medição de resultado deverá ser aplicado, mensalmente, apenas após o cálculo do valor do serviço de acordo com o cenário observado no respectivo mês. Vale lembrar que o valor do serviço no cenário 2 dependerá dos insumos cujo fornecimento foi comprovado pela contratada e atestado pela contratante.

### 2.INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços da CONTRATADA serão avaliados por meio de 6 atividades (indicadores mínimos de desempenho):

- 2.1.1. Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal
- 2.1.2. Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal
- 2.1.3. Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal
- 2.1.4. Fornecimento de insumos dentro do prazo
- 2.1.5. Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho -

SST

- 2.1.6. Cumprimento de outras obrigações contratuais

2.2.Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

Indicador 1 – Pagamento de salários dentro do prazo legal	
ITEM	DESCRIÇÃO
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de salários no prazo legal.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os salários pagos no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do salário de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.

<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
---------------------------	---



<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
<b>Sanções</b>	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao pagamento de salários no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
<b>Observações</b>	De acordo com a CLT, o pagamento “deverá ser efetuado, o mais tardar, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido” (art. 459, § 1º do Decreto-Lei 5.452/1943).

<b>Indicador 2 – Pagamento de auxílio-transporte dentro do prazo legal</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-transporte no prazo legal.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-transporte no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-transporte de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.
<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
<b>Sanções</b>	O descumprimento das obrigações contratuais no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-transporte no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
<b>Observações</b>	De acordo com o Decreto nº 95.247/1987, “o Vale-Transporte constitui benefício que o empregador antecipará ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residênciatrabalho e vice-versa”. Em outras palavras, o empregado paga ao empregado de forma antecipada o valor necessário ao deslocamento deste.

<b>Indicador 3 – Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-alimentação no prazo legal.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os funcionários recebendo o auxílio-transporte no prazo legal durante o mês a que se refere a medição.

<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.

<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não pagamento do auxílio-alimentação de um ou mais funcionários dentro do prazo corresponde a 1 ocorrência por dia útil de atraso.
<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
<b>Sanções</b>	O descumprimento das obrigações contratuais no tocante ao cumprimento da legislação quanto ao pagamento de auxílio-alimentação no prazo legal estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
<b>Observações</b>	Devem ser observadas as categorias que fazem jus ao benefício e o prazo estabelecido nas convenções coletivas de trabalho, mencionadas no item 10 do Termo de Referência, ou em outras que vierem a substituí-las. Nos casos em que a convenção coletiva de trabalho não especifique o prazo limite para pagamento do auxílio alimentação, este deverá ser pago até o último dia útil do mês.

<b>Indicador 4 – Fornecimento de insumos dentro do prazo</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao fornecimento de insumos dentro do prazo.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todos os insumos fornecidos dentro do prazo durante o mês a que se refere a medição.
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Por evento (solicitação) com aferição mensal do total de ocorrências.
<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não fornecimento de insumo(s) dentro do prazo (incluindo eventual prorrogação autorizada pela Fiscalização do contrato, conforme item 9 do Termo de Referência), corresponde a 1 ocorrência/solicitação. Após este prazo, será acrescida de mais 1 ocorrência/solicitação e por dia útil de atraso.
<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
<b>Sanções</b>	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de insumos estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
<b>Observações</b>	-

<b>Indicador 5 – Cumprimento de obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao atendimento às obrigações contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as obrigações relativas à SST cumpridas durante o mês a que se refere a medição, o que equivale a 10 pontos.
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Semanal, com aferição mensal do total de ocorrências.
<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item descumprido e por dia útil de atraso na solução.
<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos
<b>Sanções</b>	O descumprimento das obrigações contratuais relacionadas à saúde e segurança do trabalho estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
<b>Observações</b>	-
<b>Indicador 6 – Cumprimento de outras obrigações contratuais</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir uma boa execução contratual no tocante ao cumprimento, por parte da Contratada, das demais obrigações contratuais.
<b>Meta a cumprir</b>	Nenhuma ocorrência, ou seja, todas as demais obrigações contratuais cumpridas.
<b>Instrumento de medição</b>	Constatação formal de ocorrência
<b>Forma de acompanhamento</b>	Pessoal. O acompanhamento será feito pelo fiscal do contrato através de livro de registros.
<b>Periodicidade</b>	Por evento, com aferição mensal do total de ocorrências.
<b>Mecanismo de cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência. Por exemplo, o não cumprimento de uma determinada obrigação contratual corresponde a 1 ocorrência/item descumprido e, após o prazo para solução, admitida a prorrogação deste pela Fiscalização do contrato, será acrescida de mais 1 ocorrência/item descumprido e por dia útil de atraso na solução.
<b>Início da vigência</b>	A partir do terceiro mês da prestação do serviço.
<b>Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento</b>	Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos

<b>Sanções</b>	O descumprimento das exigências do edital, bem como de infrações tipificadas no Art. 155 da Lei 14.133/2021 estará sujeito a aplicação das sanções contidas no Art. 156 da Nova Lei de Licitações e Contratos.
----------------	--

<b>Observações</b>	-
--------------------	---

### 3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

**3.1.** A partir do início da vigência do contrato, as pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

**3.1.1.** A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:  
Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3” + Pontos “Indicador 4” + Pontos “Indicador 5” + Pontos “Indicador 6”.

**3.2.** A partir do terceiro mês de vigência do contrato, os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

<b>Faixas de pontuação total do serviço em todos os indicadores</b>	<b>Pagamento devido</b>	<b>Fator de ajuste do nível de serviço</b>
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 70 a 79 pontos	96% do valor previsto	0,96
De 60 a 69 pontos	94% do valor previsto	0,94
De 50 a 59 pontos	92% do valor previsto	0,92
De 40 a 49 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 40 pontos	90% do valor previsto e penalidade e/ou rescisão unilateral do contrato.	0,90

### 4. LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIÇOS

Nº Contrato			Mês/Ano de referência	
Contratada				
Indicador	Descrição	Pontuação para cálculo do fator de ajuste no pagamento	Quant. d e ocorrência s	Pontuação
1	Pagamento de salários, benefícios e outros encargos trabalhistas dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		
2	Pagamento de auxílio- transporte dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		

3	Pagamento de auxílio-alimentação dentro do prazo legal	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		
---	--	--	--	--

4	Fornecimento d e insumos dentro do prazo	Sem ocorrências = 25 pontos 1 ocorrência = 20 pontos 2 ocorrências = 15 pontos 3 ocorrências = 10 pontos 4 ocorrências = 5 pontos Mais de 4 ocorrências = 0 pontos		
5	Cumprimento d e obrigações contratuais relativas à saúde e segurança no trabalho - SST	Sem ocorrências = 10 pontos 1 ocorrência = 8 pontos 2 ocorrências = 6 pontos 3 ocorrências = 4 pontos 4 ocorrências = 2 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos		
6	Cumprimento de outras obrigações contratuais	Sem ocorrências = 20 pontos 1 ocorrência = 16 pontos 2 ocorrências = 12 pontos 3 ocorrências = 8 pontos 4 ocorrências = 4 pontos Mais de 5 ocorrências = 0 pontos		
<b>Total</b>				

<b>Observações sobre as ocorrências verificadas no mês</b>
[Devem ser descritas detalhadamente todas as ocorrências, uma vez que podem acarretar o desconto na nota fiscal. Por exemplo, a quantidade de empregados que receberam em atraso e a quantidade de dias de atraso, quais foram as obrigações descumpridas e se o respectivo

Faixas de pontuação total do serviço em todos os indicadores	Valor normal da parcela (A)	Fator de ajuste e (B)	Valor a ser pago pela parcela (A x B)
De 90 a 100 pontos (Fator de ajuste = 1) De 80 a 89 pontos (Fator de ajuste = 0,98) De 70 a 79 pontos (Fator de ajuste = 0,96) De 60 a 69 pontos (Fator de ajuste = 0,94) De 50 a 59 pontos (Fator de ajuste = 0,92) De 40 a 49 pontos (Fator de ajuste = 0,90) Abaixo de 40 pontos (Fator de ajuste = 0,90) + (Penalidade)			



**Anexo IV - Anexo IV.pdf**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A  
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no  
\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui  
os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço/telefone do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor mensal do Contrato	Valor anual do Contrato	Valor total do contrato* (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.)
TOTAL					

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA IN 05/2017:

- a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

**Fórmula de cálculo:**

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.)

Observação:

**Nota 1:** Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

- b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:  $(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100$   
= Valor da Receita Bruta

JUSTIFICATIVAS:

Natal/RN, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do emissor

**\*OBSERVAÇÕES (1):** Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.